

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**O trabalho informal no comércio popular:
ressignificando práticas na nova cultura do trabalho**

Felipe Rangel

São Carlos

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**O trabalho informal no comércio popular:
ressignificando práticas na nova cultura do trabalho**

Felipe Rangel

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Jacob Carlos Lima

São Carlos

2015

Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da Biblioteca Comunitária UFSCar
Processamento Técnico
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R196t Rangel, Felipe
O trabalho informal no comércio popular :
reassignificando práticas na nova cultura do trabalho
/ Felipe Rangel. -- São Carlos : UFSCar, 2015.
100 p.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de
São Carlos, 2015.

1. Comércio popular. 2. Globalização por baixo. 3.
Nova informalidade. 4. Empreendedorismo. 5. Cultura
do trabalho. I. Título.



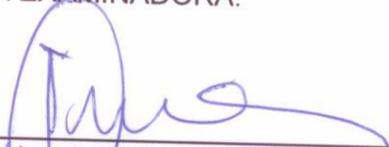
Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Rodovia Washington Luís, Km 235 – Cx. Postal 676
13565-905 São Carlos-SP - Fone/Fax: (16) 3351.8673
www.ppgs.ufscar.br - Endereço eletrônico: ppgs@ufscar.br

FELIPE RANGEL MARTINS

Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada à Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovada em 06 de março de 2015

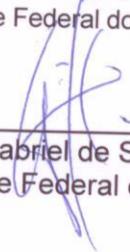
BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Jacob Carlos Lima
Orientador(a) e Presidente
Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFSCar



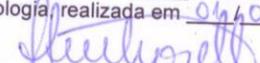
Prof. Dr. Fernando Rabossi
Universidade Federal do Rio de Janeiro



Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran
Universidade Federal de São Carlos

Para uso da CPG

Homologado na 54.ª Reunião da CPG-
Sociologia realizada em 06/04/15



Profª Dra. Jacqueline Sinhoretto
Coordenadora do PPGS



Dedico esta dissertação ao meu pai, que com tanto entusiasmo acompanhou minha entrada no mestrado e os primeiros passos da pesquisa, mas não pôde estar presente no fechamento deste ciclo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que contribuíram para a realização desta pesquisa, principalmente aos comerciantes do Brás, que mesmo após a madrugada cansativa de trabalho ainda se dispuseram gentilmente a me conceder entrevistas, relatando por horas suas trajetórias de vida.

Aos colegas do Grupo de Estudos Trabalho e Mobilidades (GETM), pelas sugestões no desenvolvimento desse estudo e pelo companheirismo de todos esses anos.

À Cibele Rizek e à Isabel Georges, pelas críticas e contribuições na ocasião do exame de qualificação.

Ao Gabriel Feltran e ao Fernando Rabossi, dois pesquisadores cujo trabalho admiro muito, por aceitarem participar da banca de defesa e contribuir com suas experiências.

Ao meu orientador, Jacob Carlos Lima, pela seriedade com a qual conduz a orientação acadêmica e, sobretudo, pela paciência, confiança e, também, pelas cobranças sempre justificadas.

À minha tia, Luciana, que não só me recebeu em sua casa durante o período do trabalho de campo, e acompanhou as crises e euforias características desse momento da pesquisa, mas também me ajudou a estabelecer os contatos com trabalhadores da Feira da Madrugada.

Ao Lucas, Hermano e Augusto, companheiros do dia a dia, pelos momentos de descontração.

À minha família, pelo apoio constante e incondicional.

Agradeço especialmente à Luana, pelas leituras sempre atentas, pelas sugestões sempre pertinentes e pelo carinho e incentivo cotidiano.

Por fim, agradeço à CAPES e à FAPESP pelo auxílio financeiro que viabilizou a execução da pesquisa.

RESUMO_

Esta pesquisa se propõe a refletir sobre as trajetórias ocupacionais de trabalhadores engajados em formas de comércio popular. Temos como pano de fundo as transformações capitalistas das últimas décadas, que desencadearam mudanças econômicas, tecnológicas e culturais cujos efeitos impactaram profundamente o trabalho como estruturador de identidades e valores sociais. Observa-se que a precarização das relações formais de trabalho associada à disseminação da ideologia do empreendedorismo têm resultado na busca por alternativas de ocupação e renda que afrouxam as fronteiras entre o formal e o informal. Nesse movimento, as demarcações entre o legal e o ilegal também se tornaram menos evidentes e significativas. Assim, discutimos a inserção dos agentes em atividades econômicas informais – como as exercidas por camelôs e sacoleiros –, tentando escapar da experiência do desemprego ou precariedade do mercado de trabalho como imperativos para o engajamento nessas ocupações. Levando em consideração a dimensão subjetiva das situações, procuramos refletir acerca da influência de um discurso empreendedor sobre a disposição dos sujeitos. A partir da recuperação de trajetórias ocupacionais de agentes envolvidos em diferentes escalas do comércio popular, objetiva-se compreender a percepção do trabalhador sobre sua ocupação e os valores atribuídos a essas formas de trabalho no mundo contemporâneo, considerando que, apesar de tradicionais, essas atividades têm passado por reconfigurações de suas práticas e significados frente ao novo contexto econômico e cultural que se apresenta.

Palavras-chave: Comércio popular; Globalização por baixo; Nova informalidade; Empreendedorismo; Cultura do trabalho.

ABSTRACT

This study relies on the occupational trajectories of workers engaged in popular ways of trade. As background, we have the capitalist transformations in the latest's decades, which resulted in economical, technological and cultural changes that affected deeply the position of work as a constructor of identities and social values. It is noticed that the precariousness of the formal work relationships associated to the dissemination of the ideology of entrepreneurship has resulted in the search for occupational and income alternatives that weakened the frontiers between formal and informal. In this scenario, the demarcations amidst legal and illegal also became less evident and significant. This way, we discuss the insertion of agents in informal economical activities – as those exercised by street venders -, trying to escape viewing unemployment or precariousness in the labor market as main reasons to exert those occupations. Taking into consideration the subjectivity of the situations, we try to think over the influence of an entrepreneur reasoning under the subjects conduct. From the recovery of the occupational trajectories of agents involved in different popular trade grades, we seek to understand the worker's perception about his own occupation and the values attributed to those forms of work in the contemporary world, considering that, even though traditional, these activities have been through reconfigurations of its practice and meaning in front of the new economic and cultural context on which it is presented.

Key-words: Popular trade; Globalization from below; New informality; Entrepreneurship; Culture of work

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

QUADROS

Quadro 1 – Aumento das apreensões no aeroporto de Guarulhos	55
Quadro 2 – Apreensão de mercadorias no Acre	76

FIGURAS

Figura 1 – Mercadoria à venda nas redes sociais	57
---	----

Sumário

Introdução.....	10
1. O trabalho no comércio popular: faces da globalização por baixo.....	20
1.1 - Ronaldo: o trabalho nos fluxos da globalização popular.....	26
2. Nova informalidade: O que há de “novo” no informal?.....	35
2.1. Claudia: “carteira branca” e autoempreendimento.....	41
2.2. Cristina: da universidade à Feira.....	45
2.3. Renato, o “importador informal”: reconfiguração da atividade de sacoleiro.....	51
3. Empreendedorismo e nova cultura do trabalho: percursos no comércio popular.....	62
3.1. Joelma: de costureira a empreendedora no comércio popular.....	67
3.2. Jadson: o “empreendedor de si” no comércio transnacional informal.....	73
3.3. Da “ética do emprego” à “ética do trabalhar”.....	80
Considerações finais.....	91
Bibliografia.....	97

Introdução

Refletindo sobre as transformações no mundo do trabalho e a atenção dedicada a esses processos pela Sociologia, Honneth (2008) observa que talvez a distância entre as preocupações do mundo socialmente vivido e as temáticas da reflexão sociológica nunca tenha sido tão grande quanto o é atualmente, tendo em vista que enquanto crescem as vozes advogando pelo fim da centralidade do trabalho na explicação dos fenômenos e conflitos sociais, no mundo socialmente vivido o desemprego continua sendo experimentado como um estigma social, as relações precárias de trabalho continuam presentes, o processo de flexibilização tem conduzido a impactos negativos na vida das pessoas e a maioria da população segue derivando parte fundamental de sua identidade do desempenho na esfera do trabalho. Assim, Honneth acompanha com pesar a tendência na Sociologia de tomar como objeto processos de transformação cultural em detrimento de análises mais centradas no mundo do trabalho.

É pertinente a preocupação de Honneth com a tendência nas análises sociológicas em deixar a importância das relações de trabalho e conflitos de classe no segundo plano, ainda que essa tendência precise ser relativizada em sua força e aceitação. Por outro lado, entendemos que analisar os fenômenos sociais a partir da dimensão dos processos de transformação cultural não representa, necessariamente, um prejuízo para os estudos das relações de trabalho e práticas econômicas, ao contrário, pode significar uma contribuição importante para a temática.

Nesse sentido, temos buscado compreender os impactos das recentes transformações capitalistas sobre o mundo do trabalho, não apenas nos termos objetivos da reestruturação produtiva e mudanças organizacionais, mas também nas suas repercussões culturais, no que tange à reorientação dos valores atribuídos, ou seja, no que se refere aos sentidos que o trabalho tem adquirido na percepção das pessoas.

Nesse sentido, este estudo tem como proposta analisar as mudanças no mundo do trabalho a partir de reflexões sobre as novas faces da informalidade e a articulação

desta com a disseminação da lógica empreendedora, que perpassa variadas formas de inserção ocupacional e se apresenta como constituinte de uma nova cultura do trabalho. Essas questões foram pensadas tendo como referência empírica as trajetórias de trabalhadores envolvidos em atividades constituintes do que se pode chamar de comércio popular, inseridas num processo mais amplo denominado por alguns autores de “globalização por baixo” (PORTES, 1997; TARRIUS, 2002).

Vale destacar que a presente pesquisa surge como um desdobramento do estudo que deu origem à nossa monografia de conclusão do curso de Ciências Sociais, cujo objeto central era a análise do trabalho domiciliar na indústria de calçados no Estado de São Paulo. Ainda que o objeto da atual pesquisa seja diferente, a questão de fundo permanece a mesma, qual seja a articulação entre a informalidade reconfigurada e a disseminação do discurso empreendedor, observando os efeitos produzidos por essa configuração sob a perspectiva dos trabalhadores em diferentes contextos sociais.

No decorrer da pesquisa sobre o trabalho domiciliar, desenvolvida nos anos de 2011 e 2012, nos polos calçadistas de Franca, Jaú e Birigui, foi observado que o discurso empreendedor disseminado ao longo dos anos 1990 se fez presente na indústria de calçados endossando as tentativas de criação do próprio negócio por parte de muitos trabalhadores que foram atingidos pelo desemprego, consequência do processo de reestruturação produtiva, com aumento da terceirização e da realocização industrial. Observamos, na época, que esse discurso empreendedor tende a dar legitimidade ao trabalho precário na informalidade, entendido enquanto não regulado e sem acesso a direitos sociais, que não é mais visto como transitório, mas constituinte das formas flexíveis de estruturação das relações de trabalho (RANGEL, 2013).

Por outro lado, o estudo realizado nos mostrou as complicações de se associar o trabalhador informal da indústria de calçados com a figura do microempreendedor independente. A fragilidade dos contratos, isso quando eles existem, deixa o trabalhador a mercê da demanda instável das fábricas. A relativa autonomia proporcionada pelo

trabalho nas bancas¹ se resume à flexibilidade da jornada de trabalho, que geralmente é mais extensa do que aquela executada nas fábricas. Assim, são raros os casos de trabalhadores/proprietários de bancas que se veem como empresários em potencial. De fato, os valores empresariais são incorporados até certo ponto, a “subordinação consentida” não impede que o trabalhador perceba a precarização da vida, representada pela insegurança e instabilidade que os impelem à “viração” cotidiana.

Motivado pelos resultados obtidos nesse estudo anterior, na pesquisa ora desenvolvida nos dedicamos a analisar os efeitos da disseminação dessa lógica do empreendedorismo sobre trabalhadores inseridos em ocupações mais flexíveis, caracterizadas por maior autonomia e exigência de mais mobilidade. Sendo assim, foi adotado como objeto empírico o trabalho no comércio popular e transnacional, envolvendo tanto agentes engajados em formas de “contrabando formiga” quanto os tradicionais camelôs, que apesar de exercerem uma atividade historicamente presente no cenário nacional, têm passado por reconfigurações em suas práticas e sentidos, frente às transformações recentes verificadas no mundo do trabalho. Além disso, as tentativas de institucionalização desse trabalho por meio das políticas governamentais de formalização e incentivo ao empreendedorismo também têm representado impactos sobre a identidade desses agentes, na sua relação com a percepção social a respeito do trabalho no comércio popular.

Observamos que o discurso do empreendedorismo parece estar se popularizando pelo mundo do trabalho em seus variados segmentos, de forma indistinta, seja na formalidade, seja na informalidade. Em correlação com a crescente valorização do trabalho autônomo, veiculada pelo discurso empresarial do capitalismo flexível, as demarcações entre trabalho formal e informal se tornam menos significativas, considerando-se o contexto em que, mesmo o trabalho regulado, está sujeito à insegurança e instabilidade características do mercado de trabalho contemporâneo. Do mesmo modo, essa ideologia do empreendedorismo também não se detém nas barreiras (nada sólidas) que separam atividades legais de atividades ilegais. Ela pode ser

¹ Oficinas prestadoras de serviço que trabalham regularmente para fábricas maiores. A maioria opera na informalidade, sem jornadas delimitadas e com ritmo de trabalho determinado pelas encomendas.

encontrada no centro do que Ruggiero (2008) chama de “bazar urbano”, uma representação da continuidade entre economias legais, ilegais, informais e irregulares, transmitindo o movimento de pessoas, ocupações e mercadorias entre diferentes estatutos legais e níveis de legitimidade. A economia de bazar constitui-se por uma rede de vendedores, revendedores ambulantes, distribuidores e trabalhadores sazonais, dos quais se exige que sejam flexíveis e capazes de se mobilizar.

Reconhecendo essas transitividades entre demarcações formais e práticas ilegais, adota-se aqui uma abordagem que não assume uma concepção moral a respeito do engajamento nas atividades de contrabando e descaminho. Procuramos então desenvolver uma discussão que parte das percepções que os trabalhadores têm de si mesmos, buscando articular elementos subjetivos com características mais gerais do mercado de trabalho, em vez de ficar detido na condição de ilegalidade que os agentes estão inseridos, ou seja, no componente criminal das atividades informais estudadas.

Nesse sentido, consideramos que o estudo das práticas e percepções de trabalhadores engajados no comércio popular constitui-se em uma possibilidade de analisar as consequências da reconfiguração do mundo do trabalho tal como elas se manifestam em contextos empíricos específicos, e a partir da interpretação de agentes sociais se mobilizando frente a esses processos. A análise das transformações no mundo do trabalho tendo como recorte os agentes engajados nas diversas formas de comércio popular e informal possibilita refletir acerca dos impactos dessas mudanças sobre atividades tradicionais, mas que têm passado por reconfigurações de suas práticas e significados frente ao novo contexto econômico e cultural que se apresenta. Por meio do estudo dessas práticas econômicas, podem ser observadas algumas tendências que têm se disseminado globalmente após os processos de reestruturação produtiva e a onda neoliberal da década de 90.

Sobre a pesquisa de campo e metodologia

No projeto de pesquisa inicial, propúnhamos um estudo acerca do trabalho de jovens de classe média que comercializavam mercadorias importadas ilegalmente. Em torno disso, nos dedicaríamos a discutir os novos sentidos da informalidade e do trabalho. Contudo, por conta dos caminhos traçados pela pesquisa, o escopo da análise ampliou-se e o projeto foi gradualmente sendo redesenhado, passando a incluir outros grupos sociais e agentes envolvidos em atividades relativamente distintas.

Para a pesquisa de campo, havíamos obtido contato com um grupo de três jovens residentes na cidade de São Paulo que importavam ilegalmente mercadorias, principalmente do Peru e do Paraguai. Desses três rapazes, foi possível entrevistar apenas dois, aqui chamados de Jadson e Renato², e com muitas complicações, após vários desencontros. Houve muita dificuldade para marcar os encontros por causa da própria mobilidade dos rapazes, que frequentemente estavam viajando ou negociando as mercadorias. Além disso, no período da pesquisa de campo, o controle sobre as entradas e saídas nas fronteiras e aeroportos estava operando sob uma fiscalização mais rigorosa, visto que o país estava às vésperas de sediar a Copa do Mundo de 2014. Nesse contexto, os sujeitos da pesquisa estavam encontrando maiores dificuldades para desempenhar suas atividades e, por isso, buscando estratégias e opções alternativas para administrar seus negócios e suas dívidas. Obviamente, nos conceder uma entrevista não estava entre suas prioridades.

Por outro lado, percebemos uma resistência, principalmente durante as entrevistas, em falar sobre a atividade exercida. Inicialmente, avaliamos que esse receio se devia, sobretudo, à condição de ilegalidade na qual as práticas desenvolvidas estavam inseridas. Mas ao longo das conversas, percebemos que havia um cuidado com a possibilidade de expor uma espécie de “segredos do negócio”. Essa relutância em falar sobre a atividade foi o motivo pelo qual o terceiro jovem não aceitou conceder a entrevista, apesar de ter se disponibilizado quando Jadson entrou em contato com ele a

² Visando preservar a identidade dos interlocutores da pesquisa, os nomes utilizados neste texto são todos fictícios.

nosso pedido. O próprio Jadson, o principal interlocutor, não estava muito confortável em falar sobre sua ocupação, o que acabou também dificultando o acesso a outros sujeitos e, conseqüentemente, o desenrolar do processo de pesquisa no método “bola de neve”, a partir dessa rede.

Ainda assim, com as entrevistas realizadas, percebemos que a rede na qual esses jovens que contrabandeiam³ pequenas quantidades de mercadorias estão inseridos, não é extensa. Eles têm contato com três ou quatro outros “importadores”, geralmente aqueles que os ajudaram a entrar na atividade, e alguns poucos que encontram durante as viagens. Em uma atividade criminalmente penalizável e cujo lucro relativamente alto depende da manutenção dos conhecimentos e estratégias utilizadas dentro de um grupo pequeno de pessoas, é bastante compreensível que a curiosidade de um pesquisador seja recebida com desconfiança.

Acreditamos que se houvesse mais tempo para trabalhar na pesquisa de campo, investindo nas relações com os agentes e na construção da confiança entre pesquisador e sujeitos de pesquisa, poderíamos ter obtido maiores resultados a partir desses primeiros contatos. No entanto, por se tratar de uma pesquisa de mestrado, o trabalho de campo precisou ser acelerado, ou ficaria comprometido pelos prazos estabelecidos. O fato é que, para viabilizar a pesquisa, foi preciso encontrar outra forma de inserção no campo.

Por intermédio de um parente, conheci duas mulheres que trabalhavam na Feira da Madrugada, espaço na região do Brás, em São Paulo, onde milhares de pessoas trabalham transacionando variados tipos de mercadorias. Através delas, fui apresentado a comerciantes que viajam ao Paraguai para comprar os produtos que revendem na Feira. Dessa forma, o trabalho dos camelôs acabou entrando na pesquisa, por conta dos caminhos que foram sendo trilhados no campo e das questões que foram surgindo. Apesar de não estar presente na proposta inicial da pesquisa, a inclusão desses

³ É preciso destacar aqui que, dado o seu uso corriqueiro, o termo contrabando será usado, por vezes, no lugar da prática definida juridicamente como descaminho, que se refere à importação de mercadorias lícitas sem o devido recolhimento de impostos.

trabalhadores, em vez de uma mudança de foco, se constituiu numa ampliação do escopo de análise do estudo, visto que as questões de fundo permaneceram. As entrevistas com os comerciantes na Feira da Madrugada permitiram aprofundar as questões debatidas, mostrando a heterogeneidade das formas de se vivenciar as novas informalidades e as diferenças nas formas de se manipular a lógica empreendedora.

Optamos por incluir na pesquisa alguns trabalhadores que não necessariamente viajam ao exterior para adquirir as mercadorias que comercializam. Primeiramente, porque também contribuem para pensar as questões de interesse. Além disso, observamos que, entre os trabalhadores envolvidos nos mercados informais, a iniciativa de viajar ao exterior ou não é, em grande medida, influenciada pela rede na qual estão inseridos, pelos contatos que estabelecem ao longo de suas trajetórias, bem como pelas contingências do momento vivenciado. Frequentemente é feito um cálculo de custo-benefício sobre a vantagem de enfrentar os riscos da viagem. De fato, um comerciante que revende mercadorias no Brás pode participar de formas de comércio transnacional sem que precise atravessar as fronteiras do país. Muitos revendem mercadorias compradas daqueles que as adquirem em outros países. Assim, mesmo o comerciante quem não viaja, participa ativamente do comércio transnacional, apenas operando em outra escala.

Sem dúvida, o universo das atividades comerciais populares é amplo e heterogêneo, de modo que oferece elementos para diversas entradas empíricas e suscita múltiplas questões, que variam de acordo com os interesses que motivam o pesquisador, sendo que estes, por sua vez, são geralmente balizados pelo horizonte do plausível em um determinado campo de estudos. Neste estudo em particular, nosso interesse foi analisar os percursos através dos circuitos da globalização popular por meio de um recorte focado principalmente na questão do trabalho. E é a partir desse posto de observação que tencionamos contribuir para a compreensão do grande mosaico em que consiste o tema das práticas comerciais populares.

Ao longo da pesquisa, foram realizadas treze entrevistas semiestruturadas. Dos entrevistados, cinco viajam para o exterior em busca de mercadorias para revender e os outros as adquirem no país, sendo estas importadas ou não. Algumas dessas trajetórias serão apresentadas no texto a partir dos relatos obtidos com as entrevistas, como uma forma de dar conteúdo orgânico às análises, e como uma tentativa de pensar sobre essas transformações tal como elas se manifestam em realidades empíricas distintas, mas que ainda assim demonstram haver certas regularidades. Distribuímos as trajetórias entre os capítulos de forma a apresentar em cada um deles as evidências empíricas que mais nos ajudam a pensar os temas discutidos. Esse também foi o critério utilizado para selecionar as trajetórias que seriam incluídas de forma explícita no texto, ainda que, por vezes, se faça referência a casos que não puderam ser incluídos aqui de maneira mais desenvolvida. A recuperação das trajetórias permite reconstituir as experiências ocupacionais dos indivíduos, possibilitando que se relacione as inflexões dessas experiências com a situação do mercado de trabalho, após as transformações produtivas das últimas décadas.

A análise das biografias individuais adquire importância quando estabelecemos a relação entre a trajetória de vida e as características gerais da situação histórica vivida e datada, visto que “cada vida humana é a síntese vertical de uma história social” (NARDI, 2005). Entendemos que a objetividade do trabalho empírico não precisa, necessariamente, ser constituída pelo quantificável, uma vez que pode ser assegurada através da análise cruzada de informações, que possibilita a realização de inferências balizadas pelos consensos gerados no nível de contextos específicos da vida cotidiana (PAIS, 2001). Assim, o trabalho de contextualização dessas trajetórias é, então, um passo fundamental, pois, como aponta Bourdieu (2005), não se pode compreender uma trajetória sem a reconstrução dos estados sucessivos do campo no qual ela se desenvolveu, considerando as relações que vincularam o agente considerado ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo. Evita-se assim que sejamos envolvidos na chamada “ilusão biográfica”, provocada pela tentativa de construir uma narrativa coerente sob uma base cuja trajetória é não linear e marcada por contradições.

No primeiro capítulo, discutimos o processo de “globalização por baixo”, que é animado por diferentes práticas, individuais ou coletivas, por meio das quais os agentes podem desenvolver atividades econômicas que extrapolam marcos legais e os procedimentos dos mercados formais. No entanto, entendemos que as atividades da globalização popular, não se opõem ao que se entende por economia formal, em vez disso é complementar e, até mesmo, funcional a esta. Essa discussão será embasada pela trajetória de Ronaldo, marcada por oscilações financeiras e pelo trânsito entre o formal e circuitos de informalidades.

O segundo capítulo é dedicado ao tema da “nova informalidade”, entendida como uma ressignificação do trabalho informal, não mais avaliado como algo residual e fadado a desaparecer com o desenvolvimento capitalista, mas como parte integrante da produção do mundo do trabalho contemporâneo. Além disso, a informalidade, nesse novo cenário, deixa de ser associada apenas ao lugar daqueles que não conseguem acessar o emprego formal, mas acaba sendo percebida como mais uma forma de adquirir renda para diferentes grupos sociais e etários, num mercado em permanente mudança. Essa reorientação nos sentidos da informalidade será pensada a partir de diferentes formas de trânsito pelo comércio popular.

No capítulo três, discutimos a disseminação do discurso empreendedor, por meio do qual os indivíduos são cada vez mais impelidos a se responsabilizarem pela sua própria condição econômica e social. Com efeito, essa lógica do empreendedorismo, associada à informalidade ressignificada e à valorização do trabalho autônomo têm conduzido ao que pode ser entendido como uma nova cultura do trabalho. Entendemos que as transformações recentes contribuíram para o enfraquecimento da “ética do trabalho” associada ao ideal do emprego assalariado, contudo, isso não significa que o trabalho perdeu seu conteúdo moral, na percepção dos agentes.

O que há de “novo” no trabalho informal ressignificado, inclusive em atividades tradicionalmente presentes na realidade nacional? Quais as motivações envolvidas no engajamento nas atividades do comércio popular? Como a lógica do empreendedorismo

é recebida e se torna operante através desses agentes? Após as transformações das últimas décadas, como o trabalho é percebido pelos sujeitos no universo empírico em questão? Essas são questões que nortearam a pesquisa e que serão discutidas a partir das trajetórias dos agentes entrevistados.

1. O trabalho no comércio popular: faces da globalização por baixo

Já não é novidade que na esteira do processo de globalização econômica, geralmente pensada nos termos das transações entre países e grandes organizações privadas, caminha um tipo de “globalização por baixo” (PORTES, 1998; TARRIUS, 2002), que é ao mesmo tempo subversiva e complementar ao sistema mundial hegemônico. Por meio dos avanços tecnológicos e organizacionais, hoje é possível um fluxo de objetos e mobilidade de pessoas numa intensidade impensável em períodos anteriores. Embora as principais vantagens proporcionadas por esses processos sejam apropriadas por aqueles que detêm melhores tecnologias e maior poder econômico, isso não significa a ausência de brechas para que grupos em posições menos privilegiadas adotem estratégias para alcançar benefícios, por exemplo, através da constituição de comunidades ou redes que possibilitam atividades econômicas desenvolvidas nos múltiplos poros das regulações estatais e fronteiras nacionais.

Os mercados, fluxos e redes construídos através dessa mobilização popular são constituintes do que Ribeiro (2010) chama de “globalização não-hegemônica” ou “globalização popular”, pensada como adjacente ao sistema mundial hegemônico, este que mantém vínculos estreitos com o poder estatal e os interesses das grandes corporações econômicas – “cujos agentes conseguem transmitir a aparência de legitimidade e legalidade nas suas transações, mesmo quando são envolvidos ou surpreendidos em atividades ilegais” (RIBEIRO, 2010, p. 28). As práticas econômicas adotadas no seio da globalização popular podem contrariar as normas do sistema mundial hegemônico, mas, no limite, não se opõem a ele, uma vez que os envolvidos compartilham dos mesmos interesses capitalistas e também agem refletindo características da lógica empreendedora propagada pelas políticas neoliberais. Por esse motivo, é usado o termo “não-hegemônico”, em vez de “anti-hegemônico”, visto que não há a proposta de uma transformação radical da ordem estabelecida.

De acordo com Ribeiro, a “não-hegemonia” tem pouco a ver com o alcance e disseminação das práticas (que são difundidas globalmente); essa forma de globalização popular é não-hegemônica porque as práticas mobilizadas frequentemente desafiam marcos regulatórios nacionais e transnacionais, e podem se constituir em ameaça à economia formal, ao *establishment* econômico.

Entendemos, porém, que o componente “desafiador” à economia formal por parte das práticas mobilizadas na globalização popular precisa ser relativizado, uma vez que, mais que uma ameaça, essas duas dimensões econômicas estão imbricadas e se retroalimentam. Assim, não podem ser pensadas como esferas opostas. Como sugere Freire da Silva (2014), as tramas do dispositivo comercial internacional são construídas entre os bloqueios e brechas da legalidade, o que permite a inserção dos agentes nesse sistema econômico mundial por vias diferentes dos fluxos de produção e circulação de riquezas das grandes empresas, mas não desvinculado destas. Para melhor compreender os circuitos da globalização popular, estes precisam ser pensados não como o avesso do *establishment* econômico, ou como uma alternativa subversiva a este, mas “como uma forma de constituição de mercados que tem suas próprias ligações, por cima e por baixo, no campo econômico e político” (FREIRE DA SILVA, 2014, p. 115).

Portes (1997) exemplifica esse processo de globalização por baixo a partir do caso das redes de dominicanos que aproximam os mercados do país de origem aos EUA, permitindo a exportação e circulação de mercadorias, através da ação do que ele chama de “exportadores informais”. Esses trabalhadores carregam ilegalmente malas de mercadorias confeccionadas na República Dominicana para serem comercializadas nos EUA, trazendo, na volta, os insumos necessários para produzir mais mercadorias a serem comercializadas, construindo uma espécie de prática econômica circular. Por meio da mobilização de um capital social, esses agentes podem vir a se tornar empreendedores, instrumentalizando a rede constituída nesse tipo de comércio transnacional.

Como destaca Hirata (2010), a intensificação do processo de globalização popular, chamada também de economia subterrânea, tem alterado as configurações dos fluxos migratórios, tendo em vista a ampliação de um tipo de migração que deixa de ter como objetivo o estabelecimento dos migrantes, uma sedentarização. Em vez disso, verifica-se a constituição dos chamados territórios circulatorios (TARRIUS, 2002), por onde são criadas redes comerciais estruturadas através da mobilidade de pessoas e mercadorias. Esse processo acaba por produzir uma dupla ruptura em relação aos fluxos migratórios tradicionais (HIRATA, 2010), tanto no que se refere ao tipo de expectativa que conduz ao movimento migratório, quanto em relação à própria natureza da migração (da busca pela estabilização à mobilidade comercial). Do “migrante econômico”, o qual se deslocava para outros países visando as condições de trabalho que lá poderia acessar, passa a se tornar comum a figura das “formigas da mundialização” (TARRIUS, 2002), agentes dotados de “saberes circulatorios” fundamentais para atravessar fronteiras, circular entre diferentes universos de normas e de comunicação, aderir a redes diversificadas e explorar as lacunas de uma institucionalidade que visa controlar o fluxo de pessoas e mercadorias. Estas “formigas” tem se constituído em agentes importantes nos circuitos da economia contemporânea, fazendo, inclusive, com que elementos característicos das fases de acumulação primitiva, como contrabando e pirataria, ganhem fôlego renovado e se apresentem como aspectos substantivos da atual dinâmica econômica global (HIRATA, 2010).

Além do reconhecimento do jogo desequilibrado de oferta e demanda entre os territórios da economia mundial, o trânsito de pessoas e produtos através na capilaridade da globalização por baixo segue certas orientações de acordo com os diferenciais de controle e tolerância que cada país, ou cada espaço regulatório, oferece. O que termina por apresentar os campos de oportunidade que podem ser aproveitadas. É nesse sentido que Portes (1997) percebe os processos de globalização por baixo como possibilidades de resistir criativamente à dominação das elites econômicas, ainda que a emergência das práticas esteja associada à própria lógica do capitalismo.

As redes de comércio transnacional, que fazem circular mercadorias e pessoas, criam condições para a canalização de um fluxo de produtos que, de outra forma, dificilmente chegariam a determinados mercados, devido à existência de controles e diferenciais de renda que dificultam o acesso de certos grupos sociais a esses bens. Dessa forma, na análise dos mercados informais, sobretudo no que concerne ao fluxo transnacional das mercadorias, é preciso considerar essas dinâmicas que articulam a circulação e a oferta de bens de procedências indiscerníveis (combinando práticas legais e ilegais), que são transacionados em centros de comércio formal e informal e alimentam um expansivo consumo popular, impensável em décadas anteriores (KESSLER & TELLES, 2010).

Frequentemente, as práticas econômicas desenvolvidas nos fluxos da globalização por baixo se configuram em atividades consideradas ilegais e, por isso, podem ser reprimidas pelas autoridades – como o trabalho dos sacoleiros, camelôs, e outras formas de comércio envolvendo práticas ou produtos ilegais. A questão se complexifica quando reconhecemos que as práticas e as mercadorias não são legais ou ilegais *a priori*, mas estão sujeitas a agenciamentos políticos e morais, podendo transitar assim entre diferentes contextos normativos e regulatórios. Pinheiro-Machado (2011), ao realizar uma “biografia sociocultural dos produtos chineses”, demonstra que a fluidez entre as fronteiras porosas dos pares formal/informal e legal/ilegal não é característica apenas das práticas dos comerciantes e importadores, mas também das mercadorias.

No trabalho de reconstrução da rota China-Paraguai-Brasil, a autora acompanha a trajetória das mercadorias apresentando os diversos espaços regulatórios atravessados por estas ao longo da cadeia mercantil. Nesse processo, demonstra que um mesmo produto confeccionado na China utilizando trabalho informal pode sair regulamentado da fábrica, ser exportado legalmente para o Paraguai (ou informalmente a partir de redes étnicas) e acabar sendo importado para o Brasil por meios ilegais, através da ação de sacoleiros e outros importadores informais. O trabalho informal é analisado em uma cadeia comercial específica, mas fica evidente a existência de inúmeras outras configurações do trabalho informal no comércio transnacional, envolvendo alternados

níveis de contrabando. De fato, nos circuitos onde estão os produtores de um lado e os sacoleiros do outro, o trânsito pela informalidade é fundamental, dados os mecanismos ilegais que essa economia necessita envolver (PINHEIRO MACHADO, 2008). De acordo com Rabossi:

Reconhecer este caráter político da constituição dos mercados, não como realidades autorreguláveis produto de leis naturais, mas como resultado de arranjos institucionais através de leis sancionadas e aplicadas (ou burladas), não nos deve levar a assumir uma definição exclusivamente normativa derivada do funcionamento ou do questionamento das regras. O ilegal, longe de ser o resultado do funcionamento anormal ou amoral da sociedade, faz parte das possibilidades abertas em um mundo definido pela lei. Isto é, legal/ilegal não é uma clivagem que permita diferenciar a priori setores do funcionamento do social ou universos preexistentes, mas sim que constitui o operador através do qual se produzem distinções, se reproduzem desigualdades e se aproveitam oportunidades (RABOSSO, 2004, p.16).

Buscando elucidar esses processos, Telles (2009) mobiliza a noção foucaultiana de “ilegalismos” para melhor analisar a transitividade entre práticas legais, ilegais e ilícitas e entre a economia formal e informal, não se detendo nos limites normativos dessas objetivações, mas buscando perceber as lógicas pelas quais as atividades ilegais são percebidas, toleradas e repreendidas. A autora avalia que a vida social contemporânea parece estar imersa em um universo cada vez mais amplo de ilegalismos, que atravessam os circuitos da economia informal e se capilarizam nas redes sociais e práticas urbanas. Na mesma direção, Ribeiro (2010) trata desses cruzamentos entre o lícito, o legal e o ilegal lançando mão do conceito de (i)lícito, que pode ser traduzido como atividades legalmente condenáveis, mas socialmente legitimadas e sancionadas, ou seja, se refere àquelas atividades que contrariam as normas das autoridades formais, mas são legitimadas pelas pessoas envolvidas na transação (RIBEIRO, 2010).

Ao articularmos os conceitos de ilegalismo e (i)lícito com o trabalho no comércio transnacional informal, podemos ponderar que a prática, apesar de ilegal, não se reduz ao interior da economia informal, mas está imbricada com os mercados formais, assim como sua legitimidade adquire contornos distintos nos variados

contextos atravessados. Existe uma ampla rede de relações que circunscreve o comércio informal, mobilizando inúmeros prestadores de serviço e recursos do sistema formal, por exemplo, na forma de alimentação, hospedagem, transporte e, até mesmo, utilização dos sistemas de cartões de débito e crédito. Além disso, os agentes engajados no comércio transnacional informal acabam ocupando a posição de “trabalhadores gratuitos” (DURÃES, 2013) para as empresas formais, na medida em que participam ativamente do processo de circulação das mercadorias, parte fundamental do circuito do capital, sem que sejam remunerados por isso, diminuindo assim os custos de transação da economia formal.

O imbricamento das práticas informais da globalização popular com estruturas e serviços do sistema formal é facilmente observável nos espaços de condensação dos fluxos comerciais da economia popular. Esses espaços, que funcionam como uma espécie de nó da globalização por baixo, podem se apresentar na forma de feiras, camelódromos ou outros ambientes urbanos tradicionalmente reconhecidos pela presença do comércio popular. Esses espaços surgem como elos entre diferentes mercados, mediante a articulação de redes com interesses comuns, envolvendo agentes situados em diferentes escalas e exercendo funções diferenciadas, como sacoleiros, camelôs, vendedores de rua e pequenos e grandes empresários. Como exemplo desses nós no cenário nacional, podemos citar a Rua 25 de março e a região do Brás, na cidade de São Paulo. Nesta última se localiza a Feira da Madrugada, onde encontrei a maioria dos trabalhadores que contribuíram para esse estudo.

1.1 - Ronaldo: o trabalho nos fluxos da globalização popular

A Feira da Madrugada é um espaço localizado na região do Brás, em São Paulo, no antigo “Pátio do Pari”⁴. O lugar é dividido em cerca de 4 mil *boxes*⁵ de concreto onde

⁴ Na região existem outras feiras da madrugada, contudo, neste texto, toda vez que for feita referência à Feira da Madrugada, estaremos falando do espaço comercial localizado no antigo Pátio do Pari, onde atualmente se localiza a mais importante dessas feiras.

⁵ Espaços retangulares fechados destinados à montagem das bancas, onde os camelôs comercializam seus produtos.

milhares de trabalhadores comercializam as mais variadas mercadorias. Muitos dos que ali se estabeleceram vendiam seus produtos em bancas montadas sobre tripés de ferro na Rua Oriente, ao lado do local onde hoje se encontra a Feira.

[...] o terreno do antigo “Pátio do Pari” era apenas utilizado como um estacionamento para ônibus e caminhões, administrado pela empresa “GSA Serviços Gerais e Transporte LTDA”, por meio de um Termo de Permissão de Uso (TPU), concedido pelo Ministério dos Transportes do Governo Federal, desde 1997. Como não era permitido o estacionamento de ônibus nas ruas do centro, todos eles se dirigiam para os estacionamentos disponíveis no Brás. Foi a partir de meados de 2005 que a GSA, administrada por Geraldo de Souza Amorim, começou a locar o espaço para os vendedores ambulantes. [...] A empresa registrou a marca “Shopping Popular da Madrugada” e alterou sua razão social para “GSA Administração e Organização de Feiras e Eventos LTDA” (FREIRE DA SILVA, 2014, p. 65).

Atualmente, o espaço da Feira é organizado por cores e separado por largos corredores, contando também com um grande estacionamento, que nos dias de maior movimento fica lotado por centenas de vans e ônibus de sacoleiros, das mais variadas procedências. Na região do estacionamento, também ficam espalhados dezenas de carrinhos onde são comercializados produtos alimentícios, como salada de frutas, sopas e sanduíches. As milhares de pessoas de diferentes regiões do país, que passam por ali todos os dias, vão em busca de mercadorias com preços relativamente baratos para serem revendidas. Os inúmeros sacoleiros, microempreendedores e consumidores ordinários que se dirigem a esse grande centro comercial contam também com a ausência de burocracia para as compras no atacado, cuja quantidade de peças exigida para atingir o desconto em relação às mercadorias adquiridas no varejo é pequena.

Os primeiros sorteios para a aquisição dos pontos na Feira foram realizados em 2005, com o objetivo de receber o grande contingente de camelôs que estavam sendo retirados das ruas da cidade. Os vendedores ambulantes vinham gradualmente perdendo espaço para os comerciantes das lojas de galeria. Essa perda de espaço não se refere à competitividade econômica dos empreendimentos, mas à maior legitimidade adquirida

pelo comércio nas galerias, que se valorizaram bastante na última década em termos imobiliários.

De fato, muitos dos que antes vendiam suas mercadorias nas calçadas se viram forçados a se converterem em lojistas nas galerias da região. Em muitos casos, o processo de conversão foi violento, visto as diversas ações policiais de repressão ao comércio ambulante, sendo que a mais notória e significativa delas foi a chamada “operação delegada⁶”, iniciada em dezembro de 2009 (FREIRE DA SILVA, 2014). Após uma série de conflitos, que envolveram de extorsões e denúncias de corrupção a casos de homicídio (FREIRE DA SILVA, 2014), em 2010 a Feira passou a ser gerida pela Prefeitura de São Paulo. Atualmente, os proprietários de boxes na Feira pagam uma taxa de R\$910 por mês. Muitos reclamam do valor, argumentando que a taxa era de R\$250, antes da Prefeitura Municipal se envolver na administração. Além disso, é geral a decepção com o movimento de compradores após a Feira ficar sete meses fechada para reforma. Também é frequente a avaliação de que o tempo em que a Feira ficou fechada fez com que grande parte dos clientes procurasse outro lugar para adquirir suas mercadorias.

Outra consequência da reforma é a grande quantidade de boxes fechados. Isso se deve a ausência do Termo de Permissão de Uso (TPU), emitido pela prefeitura. Durante o recadastramento, foi proibido que os comerciantes administrassem mais de um box, ainda que houvesse alguns que possuíam mais de dez. Outros foram “expulsos” da Feira por supostamente terem adquirido o box de forma irregular (burlando o sorteio) ou por venderem mercadorias proibidas. Atualmente, na feira não é permitido a venda de produtos falsificados ou de grandes marcas (como era durante a administração da GSA), apesar de não haver fiscalizações mais rigorosas quanto à origem das mercadorias, o que permite a importação ilegal e justifica o trânsito dos muitos “atravessadores”, que geralmente compram mercadorias no Paraguai, atravessam a fronteira, e realizam a entrega diretamente nos boxes da Feira.

⁶ Para mais informações acerca da Operação Delegada e sobre os conflitos em torno da constituição dos espaços e dos mercados populares na região central de São Paulo ver Freire da Silva (2014) e Hirata (2014).

Muitos dos comerciantes que trabalham na Feira da Madrugada foram sorteados na primeira distribuição dos pontos. Esse é o caso de Ronaldo, que desde 2005 é proprietário de um box na Feira, no qual comercializa meias de algodão e mantas chinesas importadas do Paraguai.

Talvez por encontrar Ronaldo sempre pela manhã, após a madrugada de trabalho, Ronaldo aparenta ter mais do que seus 35 anos. É casado e tem três filhos. Nascido em Mombaça, no Ceará, veio para São Paulo aos 17 anos, para trabalhar. No início, morou com um tio, que pouco tempo depois voltou ao Ceará. Nos anos que se seguiram, até 1999, transitou entre diversos quartos de pensão, sempre procurando ficar mais perto de onde trabalhava. “Já morei em muita pensão velha nessa vida”. Quando ficou sozinho em São Paulo, o rapaz já havia conseguido emprego, trabalhava em uma lanchonete e ganhava um salário mínimo (cerca de R\$120, na época). Contudo, não estava satisfeito com o trabalho: “Não tinha jeito, eu sou mesmo vendedor, não garçom! Trabalhei com venda desde os 12 anos, na mercearia do meu padrinho. Com o meu padrinho fui aprendendo a vender. Vendia salgado, roupa, de tudo...”. Após um ano e meio trabalhando na lanchonete, aceitou a oferta de um amigo que propôs uma sociedade para transacionar artigos eletrônicos numa barraca na Praça da Sé. Começava então sua primeira experiência de trabalho no comércio popular.

Na Praça da Sé, Ronaldo trabalhava junto com o amigo, que era quem adquiria a mercadoria para revender. Os produtos eram contrabandeados do Paraguai, o sócio de Ronaldo possuía contato com sacoleiros, aos quais fazia as encomendas. Os sacoleiros viajavam ao Paraguai, compravam as mercadorias e cobravam uma taxa de acordo com o preço de cada item. Segundo Ronaldo, nos primeiros meses, sentia certa vergonha de trabalhar como camelô, dadas as condições da época:

A gente era tratado como bandido. Vinha a polícia e a gente tinha que correr que nem bandido. Às vezes a gente até se divertia, tinha aquela emoção. Mas tinha vezes que as pessoas ficavam olhando pra gente como se a gente estivesse fazendo coisa errada, ou rindo da gente. Aí dava um pouco de vergonha, raiva.

Por outro lado, Ronaldo avalia que, nesse período, sua renda aumentou muito, apesar de ser bastante instável. Em um mês, chegava a alcançar R\$700, no mês seguinte poderia não passar de R\$200. Além disso, corria os riscos de trabalhar na ilegalidade, tendo sempre que estar atento às fiscalizações, podendo perder toda a mercadoria disponível na barraca. Como aponta Freire da Silva (2011), numa época em que o trabalho informal era visto como algo que seria superado com o desenvolvimento do capitalismo industrial, a atividade dos camelôs ocupava uma posição marginal, visto que não era considerada crime, mas seus praticantes também não eram percebidos como trabalhadores.

Dada a insegurança da ocupação e a variação nos rendimentos, Ronaldo já procurava outra atividade quando foi convidado por um colega para trabalhar como vigilante noturno. Com uma moto, o colega fazia rondas noturnas em ruas da região da Serra da Cantareira e cobrava uma taxa mensal dos moradores pela vigília. Este mesmo colega estava se mudando de São Paulo e Ronaldo foi convidado para substituí-lo no negócio. Como já possuía uma moto e a renda estimada não era ruim, aceitou. Com o tempo, o número de ruas a serem vigiadas foi aumentando e Ronaldo montou a própria equipe, passando a contratar outras pessoas para o negócio. “Fui montando minha equipe, cheguei a contar com oito pessoas, só gente da minha confiança”. No entanto, Ronaldo diz que alguns de seus contratados foram acusados (injustamente, segundo ele) de vigiar o movimento de moradores para que as casas fossem assaltadas. Ele afirma que muitos vigilantes sofrem pressões desse tipo, sendo “ameaçados por bandidos”. Assim, depois das acusações, sua equipe passou a ter muitas “desavenças com policiais e bandidos”.

Tendo em vista o cenário cada vez mais arriscado, Ronaldo decidiu retornar ao ramo do comércio popular. Mas dessa vez, não chegou a montar barraca para comercializar as mercadorias, passou a buscar diretamente as mercadorias no Paraguai e revender no Brasil para camelôs. Um primo, que já realizava essa atividade há algum tempo, o orientou sobre os melhores lugares para comprar as mercadorias em Ciudad del Este, onde se alojar, como passar as sacolas pela fronteira e, o mais importante, o

inseriu na rede de contatos que faziam encomendas. Ronaldo ia ao Paraguai duas vezes por semana. No início, comprava e revendia meias e jaquetas, principalmente. Ao longo do tempo, foi se tornando mais conhecido e passou a contrabandear também artigos eletrônicos, mais rentáveis.

Ele viajava junto com dezenas de sacoleiros, em ônibus de excursão que saiam do Parque D. Pedro II, no centro de São Paulo. Viajavam a noite, chegavam em Foz do Iguaçu pela manhã e voltavam no mesmo dia. O hotel servia apenas para armazenar a mercadoria ao longo do dia. Enquanto Ronaldo fazia compras, os “laranjas”⁷ atravessavam a mercadoria pela Ponte da Amizade⁸ e levavam até o hotel. “Era eu comprando e os laranjas passando”. A parte mais difícil era passar pelo posto de fiscalização da receita federal, na volta para São Paulo, chamado de “mosquiteiro”.

O investimento para começar a viajar veio da venda de uma das motos que Ronaldo havia comprado quando montou a equipe de vigia. Ele possuía três motos quando saiu do ramo. O dinheiro para o investimento inicial era necessário porque, apesar de revender as mercadorias encomendadas pelos camelôs, assumia os riscos da transação. Se as sacolas fossem apreendidas no trajeto, o prejuízo era exclusivamente dele. Por outro lado, o lucro obtido com a revenda era bastante alto. De acordo com ele, alcançava em média de R\$12.000 a R\$15.000, cobrando porcentagem sobre os produtos contrabandeados. Durante os quatro anos em que trabalhou como sacoleiro, Ronaldo afirma ter comprado dois carros e três casas, incluindo a que reside atualmente, no bairro de Itaquera, Zona Leste de São Paulo.

Contudo, Ronaldo começou a sofrer seguidos prejuízos com o aumento da fiscalização. E quanto mais perdia, mais se dedicava a recuperar o prejuízo. Em certo momento, se viu obrigado a vender um dos carros para pagar a dívida de uma das casas e investir na próxima viagem.

⁷ Pessoas contratadas pelos sacoleiros para atravessar as mercadorias compradas no Paraguai através da fronteira, tendo em vista as cotas de importação estabelecidas pela Receita Federal.

⁸ Ponte que liga as cidades de Foz do Iguaçu, no Brasil, e Ciudad del Este, no Paraguai.

Comecei a perder muito, quase toda semana. Paraguai é que nem um cassino, um vício. É perdendo e você querendo recuperar. Ele dá e logo tira. Perdi R\$250.000, R\$300.000. Cheguei até o zero!

Após ter suas mercadorias apreendidas por muitas vezes, Ronaldo se viu sem possibilidade de investir nas viagens e, conseqüentemente, sem condições de continuar na atividade. Nessa mesma época, em 2005, nascia sua primeira filha, o que tornava a situação ainda mais dramática. “Tinha acabado de casar e tinha filha pra criar. Foi a época mais difícil da minha vida”. Tendo que encontrar outra fonte de renda, Ronaldo soube através de colegas que haveria um sorteio para aquisição de boxes na inauguração da Feira da Madrugada. Ele se inscreveu e foi sorteado. Começou a revender meias importadas do Paraguai, adquiridas de antigos colegas sacoleiros, que ofereciam preços diferenciados, mais baratos do que para outros camelôs, e em consignação⁹. Assim, foi reestruturando sua vida, ainda que com uma renda muito menor.

Com o passar dos anos, a condição econômica de Ronaldo foi melhorando, e ele adquiriu mais dois boxes na Feira. A esposa trabalhava em um deles enquanto Ronaldo, sozinho, cuidava dos outros dois, próximos um do outro. No entanto, após a última reforma da Feira, em 2013, o rapaz perdeu um de seus boxes, visto que o novo estatuto da prefeitura permite o registro de apenas um box por CPF. Um deles foi registrado no nome da esposa e Ronaldo registrou o outro. Atualmente, ele garante que a renda obtida com a atividade, cerca de R\$2000 mensais, apenas “dá pra viver”. Além disso, ainda colhe frutos de seu período como sacoleiro, recebendo o aluguel por duas das três casas adquiridas na época.

A queda na renda se reflete na mobilidade de Ronaldo, que antes costumava visitar a família no Ceará pelo menos três vezes por ano, agora vai apenas uma. Mas ainda assim, reconhece como positiva a flexibilidade proporcionada pela atividade de camelô. “Quando viajo, fico 30 dias. Deixo uns primos tomando conta aqui pra mim”. Porém, avalia que a autonomia e flexibilidade da atividade, nas condições atuais, tem

⁹ Acordo em que o comerciante só paga ao fornecedor após a venda das mercadorias, podendo devolver o excedente não comercializado.

sua positividade diminuída pela cansativa jornada de trabalho. Ronaldo entra as 3h e sai por volta da 13h, diariamente, com exceção dos domingos. Quase não tem tempo para atividades de lazer, que se resume a assistir televisão aos domingos e aos raros churrascos com a família e amigos. Ele também se ressentido de não poder passar mais tempo com a família, com os filhos. Ao mesmo tempo, avalia que, mesmo após assistir a uma queda drástica nos seus rendimentos, a atividade comercial ainda lhe proporciona ganhos maiores do que a maioria dos empregos formais ao seu alcance.

A trajetória de Ronaldo no comércio popular explicita as estratégias que muitos trabalhadores adotam para tentar melhorar suas condições sociais através dos caminhos abertos pela globalização popular. Ela também nos oferece elementos para problematizar a ideia de que o trabalho no comércio informal se caracteriza pelo imediatismo, pela *condição provisória* e pela urgência da necessidade de sobrevivência (TOMÉ, 2003). Enquanto a atividade de sacoleiro se mostrou rentável para Ronaldo, ele não cogitava mudar de ramo.

Atualmente, sua insatisfação com o trabalho de camelô se deve principalmente à queda nos rendimentos, que já parecem não compensar o excesso de trabalho. A atividade não o envergonha mais como em outros tempos. Isso parece ter relação tanto com o fato de que agora não precisa mais correr da fiscalização – pois está instalado num espaço regularizado, o que atribui um caráter menos negativo à ocupação, ainda que a origem das mercadorias possa ser questionada –, quanto com as mudanças na percepção do trabalho informal, num contexto em que o emprego com registro em carteira não possui a mesma aura positiva de outros tempos, sobretudo quando colocado em comparação com a flexibilidade positivada. Além disso, Ronaldo está prestes a regularizar seu empreendimento por meio do programa Microempreendedor Individual (MEI), através do qual os trabalhadores podem formalizar-se com pouca burocracia e pequeno investimento, obtendo acesso a crédito e alguns benefícios como auxílio maternidade, auxílio doença e aposentadoria.

Todavia, é preciso destacar que os ganhos no que se refere à redução do estigma e melhoria das condições de trabalho não atingiram toda a coletividade dos trabalhadores no comércio popular. Em vez disso, podemos dizer que os comerciantes instalados na Feira da Madrugada, e em outras galerias do Brás, representam a “elite dos camelôs”, quando comparados aos que não tiveram condições de arcar com os custos da empresarização da atividade, principalmente os aluguéis e o capital para investir em uma quantidade suficiente de mercadorias, que tornaria a “galerização” vantajosa economicamente. Ao lado do incentivo à formalização daqueles comerciantes em condições de se regularizar, tem ocorrido o endurecimento da repressão policial ao comércio de rua, com a criminalização cada vez mais intensa de suas atividades, nos termos da “militarização da gestão urbana” (FREIRE DA SILVA, 2014; HIRATA, 2014). De certa maneira, pode-se inclusive associar o processo de formalização desse tipo de atividade com alguma medida de legitimação da repressão aos que não se regularizaram, ou cujas práticas não são passíveis de regularização através do aparato legal atual (como o comércio de produtos piratas).

Nesse aspecto, vale reforçar que, mesmo estando sujeitas a sanções jurídicas, as atividades econômicas desenvolvidas no seio da globalização popular podem ser consideradas lícitas pelos agentes envolvidos, tanto na dimensão da comercialização quanto daqueles que se beneficiam através do consumo. Se, por um lado, essas formas de práticas comerciais se apresentam para muitos trabalhadores como um caminho para se alcançar uma mobilidade social ascendente, por outro, essas mesmas atividades também proveem o acesso a bens que, de outra forma, não chegariam a determinados estratos das classes populares¹⁰, o que acaba conferindo legitimidade às práticas (i)lícitas também na perspectiva de quem consome.

De todo modo, pode-se reter do que foi apresentado até aqui a percepção de que a imagem do trabalho no comércio popular enquanto condição provisória, na perspectiva dos trabalhadores, precisa ser matizada e confrontada com o contexto atual, no qual o mercado de trabalho formal cada vez menos é associado à segurança e

¹⁰ O que não quer dizer que o público desse tipo de comércio seja apenas as classes populares.

estabilidade do emprego. Nesse sentido, mesmo uma ocupação instável como a de camelô ou sacoleiro se torna atraente quando percebida como uma possibilidade real de ascensão econômica, se constituindo numa alternativa de trabalho dentre outras possíveis. Dito isso, a trajetória de Ronaldo, além de representar o trânsito de mercadorias e trabalhadores pelos espaços abertos pela globalização popular, também nos ajuda a refletir sobre a reconfiguração das atividades de comércio de rua e, numa dimensão mais ampla, sobre a própria resignificação do trabalho informal e autônomo no mundo contemporâneo.

2. Nova informalidade: O que há de “novo” no informal?

Um amplo conjunto de análises sociológicas voltadas ao estudo da categoria trabalho tem se dedicado a compreender as novas configurações sociais que vêm se desenhando após as transformações capitalistas das últimas décadas. De maneira geral, as análises se dirigem para a proposição de que a erosão da chamada sociedade salarial – cuja regulamentação das relações de trabalho garantia um conjunto de direitos sociais atrelados ao assalariamento formal – resultou no aumento da insegurança não só em relação à vida profissional, mas ao todo complexo da vida social. A partir da década de 1970, verifica-se o declínio desse paradigma de organização do trabalho, no qual o Estado atuava como mediador de conflitos e questionava a capacidade do mercado de organizar a sociedade, dada a falta de compromisso social do seu funcionamento e as desigualdades que produzia (LIMA, 2010).

De fato, o trabalho assalariado protegido nunca chegou a se concretizar como o modelo hegemônico nos países periféricos, incluindo o Brasil. No entanto, a construção de uma sociedade salarial figurava no horizonte de expectativas. A busca pelo pleno emprego, assim como a percepção das dificuldades de sua realização histórica, marcaram o contexto nacional do debate sobre o trabalho até a década de 70 (MACHADO DA SILVA, 2002). Sendo assim, a expectativa de alcançar tal paradigma pautava as discussões e repercutia em aspectos importantes da maneira como as questões trabalhistas eram pensadas na realidade nacional. Se, objetivamente, o enfraquecimento do *Welfare State* significou queda na qualidade de vida dos trabalhadores nos países centrais, seu desaparecimento do “horizonte de possibilidades” representou o “fim do sonho” para os trabalhadores nas economias periféricas, ou seja, da possibilidade de constituição de uma sociedade salarial naqueles moldes.

A falência do pacto fordista nos países centrais e a hegemonia do modelo de acumulação flexível implicaram, então, em impactos negativos e significativas transformações também para os trabalhadores brasileiros, que assistiram a um aumento

das taxas de desemprego, queda do valor real dos salários, tentativas de flexibilização das relações trabalhistas e aumento da informalidade. Ao longo dos anos 80, verifica-se um considerável aumento do trabalho assalariado sem carteira e dos trabalhadores por conta própria, sobretudo nos centros urbanos do país, onde em alguns setores ocorreu ainda a substituição de empregos formais por trabalho informal, representando mais do que uma variação quantitativa no mercado de trabalho, mas uma transformação qualitativa das formas de inserção nesse mercado (FREIRE DA SILVA, 2010).

Com diversas transformações no seu conteúdo ao longo dos anos, o debate sobre a informalidade tem conquistado um espaço importante no cenário nacional desde meados da década de 1970. Primeiramente, a “teoria da modernização” percebia a informalidade como algo residual do subdesenvolvimento das economias capitalistas periféricas, e que acabaria sendo superado durante o processo de modernização. Mais tarde, essa perspectiva começou a ser efetivamente questionada através da “teoria da marginalidade”, menos otimista. Desde então, ganharam destaque as análises que focam na articulação e complementariedade entre as práticas econômicas formais e informais.

Contudo, se antes essa complementariedade ainda era discutida tendo como referência o contexto dos países de capitalismo tardio, tem ocorrido uma inflexão nas percepções sobre a informalidade, após as transformações produtivas e flexibilização das relações trabalhistas das últimas décadas, incorporando também a realidade das economias centrais e a dinâmica do capitalismo globalizado. Como destaca Lima (2013):

A recessão da década de 1980 e as transformações capitalistas decorrentes das inovações tecnológicas e organizacionais promoveram a implementação de políticas neoliberais, tais como: enxugamento do aparelho estatal e privatização das empresas públicas; busca da redução de custos com a força de trabalho, com a realocação espacial da produção para países e regiões com oferta abundante e barata de mão de obra; aumento das subcontratações, com a focalização da produção e a formação de redes empresariais; e implementação do novo paradigma organizacional da *lean production*, com a redução do tamanho das empresas e do *downsizing* (demissão em massa a partir da chamada “racionalização organizacional”). Entre os resultados dessa mudança paradigmática do capitalismo, tivemos o surgimento do

desemprego estrutural (caracterizado pela eliminação de postos de trabalho e qualificações); a eliminação de direitos sociais vinculados às relações de trabalho, considerados elementos que encareciam o custo da força de trabalho comprometendo a competitividade empresarial; o retorno das *sweats shops* (pequenas oficinas e empresas, que produzem, a custos baixos e com condições de trabalho e salariais degradantes, para grandes redes empresariais) nos países capitalistas avançados, com utilização do trabalho de imigrantes ilegais; e o crescimento dos fluxos imigratórios dos países periféricos para os países centrais, assim como o aumento da migração para o ocidente, com a derrocada do bloco socialista, o que contribuiu para o crescimento de formas precárias de relações de trabalho. (LIMA, 2013).

Ao longo desses processos, a própria questão da informalidade deixa de ser associada apenas à realidade dos países periféricos, visto que o trabalho informal se faz cada vez mais presente no cenário das economias centrais, passando a ser percebido como parte constitutiva da produção globalizada e flexível. Como aponta Lautier (1993), os “setores” formal e informal acabam sendo constituídos por uma interpenetração dinâmica, dada a presença de uma miríade de práticas informais alojadas no seio do mercado formal, assim como a própria informalidade faz uso de variados recursos formais para seu funcionamento.

No debate contemporâneo, o conceito de informalidade tem sido criticado pelas ambiguidades presentes na sua utilização nem sempre precisa e pela excessiva generalização, que acaba transformando o termo em sinônimo de flexibilização e desregulamentação (MACHADO DA SILVA, 2002). Sustentado nessa crítica, Machado da Silva propõe sua substituição pelo par empregabilidade/empreendedorismo, que teriam como características fundamentais a “individualização” e a “subjetivação dos controles” que organizam a vida social, inclusive no que se refere à produção material. Contudo, em vez da substituição da noção de informalidade por empregabilidade/empreendedorismo, entendemos que seja possível a articulação dessas categorias. Sobretudo quando se verifica a interpenetração da lógica empreendedora no seio mesmo da informalidade, em algumas vezes funcionando como motivação para a inserção nas atividades informais (e ilegais) e, em outras, legitimando a permanência na informalidade.

Como sugere Lima (2013), é nesse contexto que o termo “nova informalidade” ganha importância, tendo em vista que permite ampliar a abrangência das análises sobre o trabalho informal, incluindo agora as “empresas-ocupações” e os trabalhadores nelas envolvidos, seja como proprietários-trabalhadores, seja como trabalhadores não pagos. A noção de “nova informalidade”, assim, permite captar as mudanças recentes e as nuances presentes nas atividades desregulamentadas, inclusive no que tange às mudanças no significado de estar inserido em atividades informais. Isso se justifica pela constatação de que as transformações produtivas das últimas décadas representaram mais que reconfigurações das formas de organização da produção, mas estimularam também a construção de uma nova cultura do trabalho, implicando em mudanças nas formas de percepção do trabalho, nos valores a ele vinculados e nas suas possibilidades enquanto formador de identidades e de projetos sociais.

Se a cultura do trabalho forjada sob a idealização de uma sociedade salarial (ainda que esta condição estivesse distante de ser objetivamente implantada no contexto nacional) se fundamentou na valorização do “trabalho livre, mas protegido”, as representações acerca do trabalho nesse novo cenário projetam a figura do novo trabalhador distante da ideia de carreira de longo prazo em um emprego assalariado (MACHADO DA SILVA, 2002). O mundo social que emerge dessas transformações, gradualmente, reconstrói uma cultura do trabalho mais adaptada ao desemprego, ao risco e à insegurança, elementos não mais vistos como transitórios, mas constituintes dessa nova configuração.

No contexto do modelo de acumulação flexível, e das consequentes transformações no mercado de trabalho, com a disseminação das práticas de subcontratação e a multiplicação das tentativas de autoemprego, incitadas em grande medida pela disseminação do discurso empreendedor, a participação das atividades informais se mostra fundamental para o funcionamento dessa engrenagem. O trabalho informal se articula com a produção e os mercados formais, por exemplo, através do fornecimento de mão-de-obra barata e terceirizada, como é comum nos setores que utilizam força de trabalho abundante como confecções e calçados (RANGEL, 2013);

essa articulação também pode ser ilustrada pelas estratégias econômicas informais adotadas por desempregados, grupos de imigrantes tentando inserção ocupacional e por aqueles que driblam impostos ou são atraídos pelos lucros advindos do engajamento em práticas de comércio informal (SANTIAGO, 2013).

No momento em que a informalidade deixa de ser percebida apenas em sua negatividade, ocorre então outra inflexão no debate sobre o significado do informal. Em um movimento bastante influenciado pela lógica neoliberal, a inserção em atividades informais ganha uma interpretação positiva na medida em que se confunde com a ideia de “empreendedorismo dos pobres”. Essa visão teve como um de seus principais arautos o economista peruano Hernando de Soto (1987), que via nos empreendimentos informais um canal para que as classes populares dessem vazão à sua energia empreendedora, contribuindo assim, inclusive, para o desenvolvimento econômico geral dos países. Como defende Freire da Silva (2014), essa perspectiva esvazia a dimensão política da inserção produtiva, na medida em que aponta, não uma saída coletiva da situação de pobreza, mas uma outra fronteira de expansão para o capitalismo.

Parece-nos particularmente interessante refletir sobre a questão da informalidade no Brasil justamente no momento atual, em que temos assistido a um aumento crescente do emprego formal. Atualmente, as taxas de desemprego no país também estão entre as mais baixas de sua história. O próprio quadro de informalidade tem sido transformado, na medida em que existem políticas de incentivo à formalização dos empreendimentos, com menores exigências e burocracias. A principal dessas políticas talvez seja a criação do programa Microempreendedor Individual (MEI). Através da figura jurídica do MEI, trabalhadores autônomos de variados ramos podem regularizar seus empreendimentos e acessar alguns direitos.

Olhando para nosso campo de pesquisa, verifica-se que o MEI, gerenciado pelo SEBRAE, tem encontrado ampla adesão junto aos camelôs da Feira da Madrugada, que, após se formalizarem, podem ampliar seu acesso a créditos bancários e passam a contar com a possibilidade de trabalhar com cartões de crédito e débito, além do acesso aos

benefícios sociais. Esse processo de formalização de atividades antes condenadas se estende para além do trabalho dos camelôs. No caso dos sacoleiros que trabalham importando mercadorias do Paraguai, em 2010 foi aprovado um novo regime de tributação (conhecido popularmente como Lei dos Sacoleiros), através do qual os agentes cadastrados como pessoa jurídica podem importar determinado valor em mercadorias lícitas, beneficiando-se de impostos reduzidos, desde que estejam formalizados e com a contribuição previdenciária em dia.

Essa política visa incentivar a formalização dos sacoleiros, além de significar a legitimação, também no âmbito do Estado, da atividade dos sacoleiros e camelôs, antes criminalizada e combatida. Tal como formulado por Freire da Silva, entendemos que “o MEI altera profundamente o debate sobre informalidade, mas também marca a sua resiliência, justamente porque define a informalidade como seu campo de incidência” (FREIRE DA SILVA, 2014). Ainda assim, como já dito acima, esse movimento para a formalização tem contribuído para a ressignificação dessas atividades comerciais, no sentido de amenizar o estigma que as envolve, possibilitar uma espécie de profissionalização da atividade e, conseqüentemente, afastar o caráter de provisoriedade que sempre foi atribuído às práticas de comércio popular.

Se olharmos para ocupações tradicionalmente informais como sacoleiros e camelôs, perceberemos a existência de novas mercadorias, novas práticas e, também, novos sentidos atribuídos a essas atividades. Sem dúvida, a ressignificação dessas atividades caminha em correlação com os novos sentidos atribuídos à informalidade. Apesar de poderem ser criminalizadas judicialmente, essas práticas informais, potencialmente ilegais podem se constituir num espaço de inserção ocupacional para um grande contingente de trabalhadores fora do mercado de trabalho formal ou para aqueles que buscam formas de obtenção de renda a partir do autoempreendimento.

2.1. Claudia: “carteira branca” e autoempreendimento

Claudia é uma mulher parda de 30 anos que mora no bairro da Penha, Zona Leste de São Paulo, em casa alugada. De segunda a sábado pega todos os dias o “ônibus da madrugada” em direção ao Brás. Chega na Feira por volta das 3h da manhã, hora que abre o box onde comercializa roupas femininas. De segunda à sexta, fecha seu box antes das 11h da manhã, para dormir e descansar antes de ir para a faculdade.

Nascida em Poços de Caldas, veio para São Paulo com 3 anos. Após o falecimento do pai, mudou-se com a mãe e a irmã mais velha para a casa de uma tia na Zona Leste da cidade. A mãe trabalhou como empregada doméstica até falecer, em 2004, por conta de um quadro grave de diabetes. Claudia também trabalhou como doméstica, dos 14 aos 17 anos. “Trabalhei em umas cinco casas diferentes. Mas não queriam ficar comigo porque eu era menor de idade”. Aos 18 anos, conseguiu trabalho em uma casa noturna, trabalhava como garçone e recepcionista. Foi neste lugar que encontrou e começou a se relacionar com Regina, que acabou se tornando sua companheira.

Após cerca de oito meses trabalhando na casa noturna, Claudia foi despedida. Procurou, sem sucesso, emprego em outros lugares. “Sempre fui comunicativa, mas não tinha nenhum registro em carteira para comprovar experiência. Aí ficava difícil”. Acabou encontrando ocupação em um salão de beleza, onde passou a trabalhar como manicure. Ficou no salão por pouco mais de dois anos. Gostava do lugar, das pessoas com quem se relacionava e do trabalho. “Não era só o trabalho, eu também me divertia. Fiz muitos amigos, que tenho até hoje”.

Contudo, Regina, sua companheira na época (a quem se refere como ex-esposa), foi contratada para um trabalho de locução na Feira da Madrugada, que havia sido inaugurada há poucos meses. Ela recebia para anunciar no microfone as ofertas dos boxes que contratavam o serviço. Pouco tempo depois, Regina adquiriu um box na mesma feira e largou o serviço de locução, que logo deixou de existir. No começo,

Claudia se dividia entre o salão e a ajuda no box da esposa. Depois, passou a se dedicar apenas à Feira.

Nos primeiros meses, pagavam R\$50 para a administração. “Na época da GSA vendia-se muito. Vendia-se pirataria. Eu vendi muita pirataria. Cheguei a bater lona¹¹ várias vezes. Vendia só coisinha de R\$10, R\$15. Tirava R\$2, R\$3, R\$4 de lucro em cima de cada coisa”. Contudo, diz não saber ao certo quanto ganhava na época: “de R\$3.000 a R\$5.000. Mas não sei dizer, naquele tempo eu não tinha noção nenhuma de administração”.

Porém, no fim de 2007, Claudia se separou de Regina. Passou três meses trabalhando como manicure até que conseguiu comprar o próprio box. Segundo Claudia, o box foi pago com muita dificuldade, uma vez que o movimento da feira já não era o mesmo do começo.

O dono parcelou a entrada de R\$2.000 e fui pagando o resto com o tempo, R\$14.000 mil no total. E pensando que, no começo, ninguém acreditava nisso aqui não. Amigo meu comprou box por R\$1.200.

Como no ano seguinte à aquisição do box o comércio na feira havia enfraquecido, pelo menos para o negócio de Claudia, ela avaliou que seria mais vantajoso alugar o ponto. Alugou por R\$2.000 mensais e foi trabalhar como funcionária de um comerciante chinês, na mesma feira. Poucos meses depois, visando uma renda maior, decidiu procurar outro trabalho. Chegou a procurar empregos formais, mas não conseguiu por conta da “carteira branca”. “Pra você ver, trabalho desde os 14 anos e não tenho uma linha na carteira. Uma pessoa trabalhadora como eu com a carteira branca!”. O único emprego que conseguiu foi em um supermercado. Mas nem chegou a assumir a vaga. “Pagavam acho que uns R\$1.100. Não supre minhas necessidades. Meu aluguel, R\$600. Mais água, luz, Casas Bahia...Vou viver de quê? De brisa?”.

¹¹ Entre os comerciantes da Feira, “bater lona” significa vender toda a mercadoria disponível no box, naquele dia.

Acabou voltando para sua primeira ocupação, ou melhor, para a versão moderna de sua primeira ocupação, passou a trabalhar como diarista. “É diferente de empregada. Muito mais profissional. Vou lá, faço meu serviço e vou embora, não tem conversa, não tem humilhação”. Trabalhou durante um ano como diarista. Preencheu a semana inteira com clientes. “Ganhava R\$ 2.000 fácil [por mês]”.

Nesse período, Claudia começou a ter problemas com o locatário do seu box, que não pagava o aluguel em dia e começou a prejudicar sua organização financeira. Depois de ficar três meses com o aluguel atrasado, Claudia pediu o box de volta:

E ele não queria sair, acredita? Dizia que ia pagar e tal. Mas eu já estava sem paciência. Aí eu disse pra ele, “se você não abrir esse box eu vou arrombar e jogar suas mercadorias fora”. E ele sabe que eu faço! [...] Aqui no Brás funciona assim, sem papel. Sem burocracia.

Claudia recuperou seu box. Mas nem teve tempo de retomar as atividades e a Feira fechou para reforma. Após a reabertura, Cláudia não conseguiu organizar a documentação imediatamente, teve dificuldades para conseguir o TPU. Voltou a trabalhar apenas em junho. A mercadoria que vende atualmente (roupas de todos os tipos) é adquirida junto aos bolivianos. “Coloco uns R\$5, R\$6 em cima”. Hoje, o box rende cerca de R\$3000 reais mensais à comerciante:

Estou com pouca mercadoria. Aqui o giro é rápido. O cliente vem e, na semana seguinte, quer ver coisa diferente. Não dá pra ficar com mercadoria encalhada. Para se erguer aqui tem que ter pelo menos uns R\$50.000 de mercadoria.

Mas ela acredita no sucesso de seu empreendimento e gosta do que faz. Hoje, diz não ter intenção de trabalhar em um emprego formal, com carteira assinada. “Ah não amigo, o mercado é muito exigente, mas paga pouco. Como autônomo ganha mais”. Além disso, acredita estar madura para ter o próprio negócio e possuir as características necessárias para “se dar bem”, que, segundo ela, passa pela capacidade de

administração, experiência e lãbia para conquistar os clientes. Ao longo dos próximos anos, Cláudia pretende articular o comércio na feira com o trabalho de artista¹². “Quero estipular um horário, das 2h às 9h aqui [na feira]. 7 horas de trabalho tá bom demais!”.

Mas antes, planeja comprar a casa própria:

Depois que comprar a casa, quero me dedicar à minha profissão – artista. Pra isso tem que ter tempo e criatividade, porque depende muito da intuição. Mas eu sou muito criativa. E por isso eu dou certo como autônoma: eu penso e faço o que penso.

Embora seja verdade que o desemprego e as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho formal são forças estruturais que conduzem inúmeros trabalhadores a atividades informais, como aquelas constituintes do comércio popular, essas não são as únicas variáveis explicativas a serem consideradas, sobretudo quando se trata da permanência desses trabalhadores nessas atividades e da visão positiva que eles podem ter delas. Sem dúvida, há uma dimensão subjetiva nesses processos que deve ser observada com atenção, principalmente quando se pretende compreender os sentidos atribuídos ao trabalho pelos agentes.

A relativa autonomia proporcionada pela condição de patrão de si mesmo, ainda que na informalidade, pode se constituir em um instrumento através do qual os indivíduos se sentem capazes de mirar outros planos de vida. Não queremos reforçar com essa ideia a perspectiva de que o autoempreendimento, seja na informalidade ou não, deve ser incentivado e celebrado como alternativa individual de melhoria das condições de vida. Mas entendemos que as pessoas avaliam as situações e se engajam em determinadas atividades como resultado de avaliações e escolhas, dentro de um leque de possibilidades. Obviamente, a percepção sobre as condições estruturais do mercado de trabalho, com a instabilidade disseminada e a institucionalização da precariedade, influem nas decisões e caminhos adotados por cada um.

Tendo isso em vista, o autoemprego aparece como quase tão inseguro quanto o mercado de trabalho assalariado. No caso das atividades relacionadas ao comércio

¹² Desde abril de 2014, Cláudia cursa Artes Visuais na UNICASTELO.

popular, ainda está presente a possibilidade de se atingir um patamar de renda mais alto do que seria possível para pessoas com menores níveis de escolaridade nos empregos formais. É verdade que a carteira de trabalho não deixou de conferir prestígio para pessoas que se orgulham do rótulo de trabalhador que pode ser dirigido a elas, ou melhor, a existência de registro em carteira evita que elas se sintam constrangidas por serem trabalhadoras e possuírem a “carteira branca”. Entretanto, no caso de Cláudia, a “carteira branca” só se constituiu em um problema efetivo no momento em que seu empreendimento autônomo tornou-se menos rentável, e ela se viu forçada a procurar outra fonte de renda. Nessas situações, o registro em carteira acaba funcionando como um “atestado de bom trabalhador”. Ironicamente, no caso de Cláudia, mas em outras situações também, o emprego formal acaba ocupando um lugar de alternativa às dificuldades do autoempreendimento, subvertendo a lógica corrente.

2.2. Cristina: da universidade à Feira

Cristina, 45 anos, é natural de Xique-Xique, Bahia. Reside em São Paulo há cerca de 25 anos. Atualmente, mora em casa própria com o marido e as três filhas (de 16, 18 e 25 anos) próximo ao metrô Patriarca, na Zona Leste de São Paulo. Mudou-se da Bahia após se separar do primeiro marido, pai de sua filha mais velha. Chegando em São Paulo, trabalhou três anos como caixa em supermercados, até se casar novamente. Com o marido, passou a vender doces, embalagens e artigos de confecções em um carrinho na Rua 25 de Março. Segundo ela, “vendia o que aparecesse. Alguém dizia, ‘tenho esse produto’, a gente colocava um valor em cima e vendia”. Nesse período, começou a cursar pedagogia no Centro Universitário Assunção (UNIFAI), pagava o curso com a renda do comércio e de bicos. “Trabalhava em festas, já trabalhei de babá e também fazia bazar na casa das amigas” (ocasiões em que vendia os mesmos itens de vestuário comercializados na Rua 25 de Março).

Em 2003, com o aumento da fiscalização na Rua 25 de Março, em que a polícia apreendia muita mercadoria, e, conseqüentemente, os comerciantes tinham prejuízos, o

casal se deslocou para o Brás, onde conseguiram um espaço (antes ocupado por um conhecido que estava se mudando para o interior) e montaram um tripé (estrutura de ferro sobre a qual os camelôs colocam uma tábua e montam uma bancada) na Rua Oriente. Cristina trabalhou com o marido na rua por mais dois anos, atividade que conciliava com o emprego numa creche, visto que já havia se formado em pedagogia. “Era muito cansativo, pra não dizer desumano! Eu trabalhava na creche das 8h as 17h e aqui [no Brás] das 2h as 7h”.

Em 2005 a prefeitura abriu as inscrições para o sorteio de boxes na Feira da Madrugada. Cristina e o marido se inscreveram e cada um ganhou um box, que mantêm até hoje, e nos quais vendem o mesmo tipo de mercadoria: roupas femininas. De acordo com Cristina, sua vida melhorou após a mudança para o espaço da Feira, começou a vender mais e a renda da família aumentou. “Na verdade, o que todo mundo quer é uma coisa sua, um negócio seu. E aqui dá pra fazer uma coisa ajeitada, não dá pra comparar com a rua”. Cristina afirma que no começo, de 2005 a 2008, mais ou menos, os ganhos na feira eram bem maiores. “Não sei quanto dava cada um, mas somando tudo [a renda dos dois boxes] dava pra tirar mais de R\$6000 por mês, tranquilamente. [...] Hoje, não passa de R\$3000, R\$4000”.

Quando Cristina percebeu que a renda estava começando a diminuir, propôs ao marido que tentassem trabalhar na confecção das próprias roupas comercializadas. Apesar de o retorno financeiro ser gratificante, ela avalia que confeccionar a própria mercadoria era desgastante, por consumir muito tempo do dia, artigo valioso para quem trabalha na madrugada.

Comprava de alguém um modelo que estava saindo muito. Levava pra casa, abria, fazia um molde, colocava em cima do tecido e cortava. Bem rústico, não tinha prática nenhuma. Depois levava para a mulher costurar.

No geral, ela diz estar satisfeita com seu trabalho. Apesar da rotina desgastante, exalta a margem de flexibilidade que a atividade lhe permite. “Se numa semana a gente vendeu bem, a gente fecha uns dois dias. Aí eu descanso, dou atenção pras minhas

filhas, viajo”. A família viaja todo ano pra Bahia e para o Espírito Santo, onde têm parentes. Ficam uma ou duas semanas fora, com os boxes fechados. A relativa liberdade de horário que a atividade permite também é exaltada:

As vezes chego 3h, 4h da manhã. E, se estiver muito cansada, ou tiver vendido bem, fecho 10h. Tem vez que chego as 5h e fecho 10h. Chego as 5h e o pessoal fala “boa tarde!”. [Mas, normalmente, Cristina e o marido chegam as 2h30 e fecham os boxes por volta das 13h].

Cristina planeja começar a pagar uma previdência privada, mas não sabe direito quando. Sobretudo, quer atingir um patamar de vendas que permita a redução de sua carga horária. Numa semana ordinária, deita para dormir por volta das 20h e levanta a 1h para ir trabalhar, chegando em casa novamente por volta das 14h. Ela admite cansaço e reclama de dores de cabeça. Gostaria de, no futuro, trabalhar apenas das 5h as 11h. Mas não pensa em mudar de atividade ou de local de trabalho.

Porém, apesar da satisfação manifestada com o trabalho no comércio informal (denominação da própria entrevistada, pois, segundo ela, é assim que o banco a classifica quando vai abrir conta ou pedir empréstimos), Cristina está ciente dos riscos inerentes à atividade. Durante o período em que a Feira esteve fechada para reforma, por exemplo, Cristina e o marido, assim como muitos outros comerciantes do lugar, se viram forçados a dedicarem-se às feiras itinerantes. O casal viajava para outras cidades e estados para vender seus produtos. Como já havia nos informado outro comerciante, aconteciam situações em que viajavam mais de 10 horas até o local onde deveria ocorrer a feira e, por algum impedimento, esta não acontecia.

Perdia dinheiro; perdia a paciência. Ali eu vi o que é cansaço. Tinha vezes que eu voltava chorando. [...] Mesmo quando acontecia a feira, aquilo não era vida, não.

Quando Cristina reflete sobre as dificuldades que enfrentou no período em que a Feira esteve fechada, parece estar falando de um passado infeliz e distante, do qual só consegue lembrar com muito esforço, e que a relativa estabilidade do presente ajuda a

apagar. No entanto, a reforma do espaço e suas aventuras pelas feiras itinerantes ocorreram a não mais que dois anos. Mas ela prefere aproveitar o bom momento em que vive (ainda que as vendas estejam baixas em comparação com outras épocas) e pensar nos passos seguintes, mesmo que a percepção da insegurança que envolve sua atividade não passe despercebida. Ela tem consciência dos riscos que tornam nebulosos seus planos de redução da carga horária e estabilidade financeira. Como ela mesma diz: “o que me garante que não vai vir Um e resolver fechar a feira de novo, ou vender isso tudo, sei lá?”.

Cristina se preocupa com a possibilidade de ficar doente, ou o marido, e não poderem trabalhar. Mas não considera trocar de trabalho para uma ocupação mais segura. “E tem trabalho seguro pra trabalhador?”, ela pergunta ironicamente. “Minha cunhada trabalhou oito anos num escritório de advocacia, foi demitida e nunca mais parou em um emprego. E olha que ela é inteligente”. Cristina faz uma clivagem entre “trabalhador” e “quem tem curso superior”. Para estes últimos, ela considera haver posições estáveis no mercado de trabalho. Interessante notar, porém, que ela possui diploma de curso superior. Mas, como a própria comerciante justifica: “Ah, mas eu não trabalho com minha profissão. [...] Dá pra ganhar mais aqui na feira, ter uma vida mais confortável”.

A aparente contradição no discurso de Cristina reflete, na verdade, as próprias contradições do mundo do trabalho atual. Em que a escolarização ainda é vista como um caminho para uma inserção mais segura no mercado de trabalho, mas não necessariamente como um instrumento para se atingir uma situação econômica mais “confortável”. Essas contradições também ilustram as transformações pelas quais vem passando o emprego formal, tanto em termos objetivos quanto no que se refere à percepção em relação a ele. Cristina não se sentiria mais segura em um emprego formal na condição de “trabalhadora” (em ocupações que não exigem ensino superior), sobretudo agora, quando está regularizada na forma jurídica do MEI. “Nunca gostei de registro, nunca me contentei. Você perde a visão de outras oportunidades. Fica presa naquela rotina e esquece do mundo lá fora”. Só aceitaria trabalhar com carteira assinada

e num horário fixo se fosse pra ganhar bem, o que em sua avaliação seria um valor próximo a R\$4000. Ela não quer ficar como “aqueles tios que trabalharam 40 anos na mesma firma pra depois se aposentar com uma casa bem popular e um carro bem popular”.

Por outro lado, a trajetória de Cristina e, conseqüentemente, a percepção que a trabalhadora tem sobre a atividade exercida, precisa ser contextualizada, levando em conta esse cenário em que o mercado de trabalho formal deixou de simbolizar segurança e estabilidade para planejar a vida além do próximo ano, mesmo que, objetivamente, o emprego formal no Brasil nunca tenha sido capaz de consolidar essa expectativa para a maior parte da população. Dejours (1999) atribui a naturalização da insegurança social à perda gradual da esperança de que “as coisas vão melhorar”. Desse modo, a falta de alternativas econômicas, sociais e políticas funcionaria como motivação subjetiva para o consentimento dos agentes em participar da ordem estabelecida, marcada por uma “cultura da superação” individualizada que, no limite, traz como consequência a “banalização da injustiça social” (Dejours, 1999). De fato, em tempos de flexibilização do mercado de trabalho, as pessoas acabam sendo incentivadas a buscar alternativas para a melhoria das próprias condições sociais, inclusive sendo responsabilizadas e, em alguma medida, se autoresponsabilizando quando não obtêm sucesso nas empreitadas.

No entanto, é preciso destacar que, apesar da insegurança e dos riscos econômicos e sociais que atravessam a trajetória de Cristina, a análise de seus percursos ocupacionais demonstram que o tipo de prática econômica observada não se trata exatamente de uma ocupação típica das economias de subsistência, como se pensou durante muito tempo acerca do comércio popular. Pesquisas realizadas acerca do trabalho nos mercados populares costumam relacionar o ingresso e a permanência dos agentes na atividade com ênfase nas situações de desemprego ou precarização do trabalho, atribuindo ao ofício a característica de estratégia de sobrevivência ou “viração” (CARDIN, 2006; MENDES & CAVEDON, 2012). Ao estudar a ocupação de sacoleiro, Cardin (2006) avalia que esse tipo de trabalho é destino daqueles que:

“[...] buscam novas formas de garantir a sobrevivência, já que o mercado de trabalho formal não abre número de vagas suficientes para atender a toda a demanda que desesperadamente vivência a tragédia da pobreza, da violência e da falta de assistência governamental” (CARDIN, 2006, p.50).

A ênfase nas privações sociais pode ser adequada para análises do trabalho informal e de atividades ilegais envolvendo indivíduos oriundos de grupos socioeconomicamente marginalizados, ainda assim necessitando de relativização, uma vez que pouco contribui para explicar a permanência dos agentes nessas ocupações. Contudo, essa abordagem parece ser insuficiente para compreender as motivações e os sentidos que trabalhadores dotados de maior capital econômico e cultural atribuem à sua inserção no comércio informal. Assim como não nos ajuda a compreender os significados atribuídos às atividades, inclusive em detrimento ao emprego formal, como nos casos de Cláudia e Cristina.

Nesse sentido, a trajetória de Renato, jovem entrevistado durante a pesquisa, é representativa dos percursos que podem conduzir ao engajamento nas atividades informais nesse novo cenário do mundo do trabalho. Inclusive quando se trata daqueles que não chegaram a passar pela experiência das privações sociais e que, em alguma medida, dispõem de um leque de escolhas mais amplo.

2.3. Renato, o “importador informal”: a atividade de sacoleiro reconfigurada

Muitos agentes engajados nas atividades constituintes da globalização por baixo se enquadram no perfil socioeconômico que poderíamos chamar de classe média, sobretudo quando são mobilizadas práticas que se diferenciam em alguma medida daquelas que são geralmente entendidas como tradicionais dos sacoleiros. Em linhas gerais, o trabalho comumente associado aos sacoleiros consiste na compra de mercadorias das mais variadas qualidades e procedências, geralmente no Paraguai, para a revenda em solo nacional. As mercadorias adquiridas no Paraguai são trazidas para o

país a bordo dos famosos ônibus de excursão, quando não nos próprios veículos dos trabalhadores. Por outro lado, existem outras estratégias de “contrabando formiga” adotadas por agentes que costumam adquirir os produtos também em outros países da América Latina, ou mesmo nos EUA. Muitos contrabandeam mercadorias originais e, para isso, procuram viajar para países onde é possível comprar os produtos a preços mais baratos. As mercadorias, geralmente, são revendidas para variadas lojas ou consumidores individuais, sem que haja, necessariamente, qualquer compromisso regular com estes.

O trabalho consiste basicamente em atravessar as mercadorias pelas fronteiras nacionais, e os lucros são garantidos pela imensa demanda, sedenta pelos produtos com preços reduzidos. Os aeroportos se constituem na principal porta de entrada dessas mercadorias, trazidas clandestinamente em malas de viagem. Acreditamos que o frequente trânsito pelos aeroportos é um aspecto que pode atribuir ao trabalho desses agentes um maior *status* quando comparado à atividade dos sacoleiros tradicionais. Sob um olhar desinteressado, esses trabalhadores se confundem com turistas e viajantes comuns. Quando, na verdade, eles estão inseridos em uma atividade crescente na multifacetada economia transnacional (PORTES, 1998).

Renato tem 26 anos, nasceu em São Paulo e mora com o pai, que é dono de uma vidraçaria na região de Santo Amaro, Zona Sul de São Paulo. O rapaz sempre frequentou colégios particulares, até o segundo ano do ensino médio, quando foi morar com a mãe em Ribeirão Preto, interior de São Paulo. Após concluir o segundo grau, voltou a morar com o pai. “Não curtia muito o marido da minha mãe. E São Paulo é outra coisa, né”.

Aos 18 anos passou a trabalhar na vidraçaria do pai. “Ficava no caixa, fazia pedidos de materiais, anotava pedidos de serviços”. Possuía registro em carteira e ganhava em torno de R\$700, mais as comissões, que, por vezes, elevavam sua renda para cerca de R\$1000. Entrava as 8h da manhã e saía por volta das 18h, indo direto para o cursinho pré-vestibular que frequentava, próximo à sua casa. Renato prestou

vestibular para o curso de administração da Universidade de São Paulo (USP). Acabou não sendo aprovado, então, matriculou-se no mesmo curso, mas na Universidade Paulista (UNIP). “Até queria a USP, estou ligado que é conceituada e tal, mas não ia fazer mais um ano de cursinho. E, no final, dá na mesma. Acabei não trabalhando com isso mesmo [administração]”.

Renato cursou três anos de faculdade, enquanto trabalhava com o pai. Até que se deparou com uma oportunidade “irrecusável”, um amigo que costumava viajar ao Peru para comprar roupas de marca e revender o convidou para auxiliá-lo na empreitada. Na última viagem, o amigo havia perdido toda a mercadoria ao entrar no Brasil, e estava com receio de perder mais dinheiro caso fosse pego novamente. Assim, propôs a Renato que viajasse com ele e, na volta, dividiriam a mercadoria entre os dois, facilitando a passagem pela fiscalização. As passagens de avião do rapaz seriam pagas pelo amigo, assim como todas as despesas. “Ele não ia me pagar nada, até porque estava meio quebrado. Eu fui mais pelo rolê mesmo. Não é todo dia que você viaja pra fora [exterior] na faixa [de graça]”.

Os dois amigos foram e ficaram dois dias em Lima, no Peru. Renato acompanhou o amigo na compra das mercadorias junto a um empresário, que possuía uma loja de roupas e tinha contato direto com as fábricas. Vale lembrar que o Peru faz parte da rota de muitos importadores, visto que grandes grifes internacionais – como Armani, Lacoste, Polo Ralph Lauren, Tommy Hilfiger e Calvin Klein – possuem fábricas instaladas no país. O amigo comprou cerca de 100 peças de roupas, a maioria camisetas de diversas marcas. Como combinado, a mercadoria foi dividida entre as bagagens dos dois, e a passagem pela alfândega ocorreu sem percalços.

Renato ficou muito empolgado com a “aventura”, e mais ainda quando descobriu o lucro que a revenda das roupas renderia ao amigo, cerca de R\$6000. Decidiu então juntar dinheiro para investir no negócio. Na época, vendeu uma moto por algo em torno de R\$4000. Juntou mais R\$2000 que havia economizado na poupança e organizou sua viagem. “Fiz tudo igualzinho tinha feito na primeira vez. Eu lembrava de

tudo, tinha prestado atenção em tudo. Mas o que você aprende nesse ramo é que sempre tem algum imprevisto”. E, realmente, Renato teve que enfrentar um grande imprevisto. Chegou à Lima com duas malas praticamente vazias, apenas com as roupas que usaria na viagem e artigos de higiene pessoal. Hospedou-se no mesmo hotel em que havia se instalado antes, e foi logo atrás do empresário que vendeu as roupas ao amigo, tendo conversado previamente por telefone através da recomendação deste. No entanto, o empresário não estava na loja e Renato não conseguiu contatá-lo por telefone.

Desesperado, pensando em todo o dinheiro que teria perdido caso não conseguisse voltar com as mercadorias, perguntou na recepção do hotel onde poderia comprar roupas de marca por preços baixos. A moça que atendia no local sugeriu que ele visitasse Gamarra, um grande centro comercial em Lima, onde se comercializam grandes quantidades de peças de vestuário. Chegando lá, ele logo percebeu que as roupas que estampavam marcas mundialmente reconhecidas (superlogomarcas) eram todas réplicas, umas mais bem feitas, outras menos. Mesmo assim, comprou cerca de 150 camisetas. “Escolhi as mais bonitinhas, umas Lacoste, umas Hollister. Algumas até davam uma enganada”. Lembra-se de ter pagado algo em torno de US\$5 por algumas das camisetas.

Na volta para o Brasil, passou por momentos de tensão. Dividiu as roupas entre as duas malas que carregava. Embarcou sem problemas em Lima, mas sabia que o momento mais arriscado era a chegada ao Brasil, no aeroporto de Guarulhos. “Eu fiquei tão tenso que na hora que passei pela alfândega, que vi que deu tudo certo, até chorei”, relembra rindo. Dessa primeira vez, diz ter ganhado pouco com a revenda, por conta da qualidade das camisetas. Sem muita certeza, acredita ter lucrado por volta de R\$1500 no final, descontando todas as despesas. Isso porque conseguiu vender algumas das camisetas falsificadas como se fossem originais.

De fato, pode ser muito lucrativo comercializar produtos “piratas” de marcas reconhecidas, sobretudo quando estes podem ser revendidos como originais, o que depende da sua qualidade de produção. A superlogomarca se apoia em um valor

simbólico extraordinário, referente ao status que representa para os consumidores. Essas marcas, incluindo originais ou cópias, desempenham papel central na economia simbólica do luxo, especialmente quando consideramos o contexto atual em que as identidades construídas na distinção de status se confundem com a capacidade de possuir determinados objetos e manipular imagens (RIBEIRO, 2010). A diferença entre os custos de produção da mercadoria e seu imponente valor simbólico, que se traduz em altos lucros na comercialização, é o que move o mercado de réplicas. E muitos pequenos comerciantes informais, como Renato, aproveitam essa possibilidade para auferir altos lucros.

Mesmo após ter passado por momentos de tensão, e o resultado não ter atingido as expectativas em termos financeiros, Renato decidiu continuar viajando ao Peru para comprar mercadorias. Através de fóruns na internet, conheceu outro fornecedor em Lima. Além disso, o fornecedor do amigo que havia “furado” com ele entrou em contato dizendo que não pôde encontra-lo porque precisou resolver problemas familiares, mas que estava disponível para negociar, caso Renato ainda desejasse. O rapaz passou a contar então com dois fornecedores no Peru, e começou a viajar frequentemente para lá. Disse que chegava a viajar duas vezes por semana.

As mercadorias trazidas eram revendidas para lojas na Zona Sul de São Paulo, cujos contatos foram estabelecidos através do amigo que o abriu as portas para a atividade. Renato diz que algumas lojas compravam todo o conteúdo da mala que ele trazia. Segundo ele, a demanda é sempre maior do que a quantidade de mercadorias que consegue trazer. Assim, a venda e, conseqüentemente, o lucro são garantidos. O rapaz afirma ainda que, por vezes, encontra réplicas das roupas de marcas que nem ele mesmo consegue distinguir, só sabe que não são originais por conta do preço pago. Enquanto uma camiseta polo da marca Lacoste é comprada em Lima por algo em torno de R\$55, podendo ser revendida por até R\$180, uma réplica bem feita da mesma marca pode ser encontrada por R\$28 (caso se tenha bons contatos), e revendida pelo mesmo preço. Até meados do fim do ano passado, o comércio informal rendia ao jovem cerca de R\$9000 por mês.

Porém, no último ano, o tipo de comércio desenvolvido deixou de ser tão rentável para Renato. A fiscalização parece ter apertado o cerco sobre esse tipo prática comercial, e Renato teve sua mercadoria apreendida por diversas vezes (umas oito, segundo ele). “Comecei a perder muito, cheguei a perder três vezes seguidas. Aí quebra”. Quando se perde as mercadorias importadas ilegalmente, se perde também todo o investimento realizado na forma de passagens, hotel, alimentação e compra dos produtos. Geralmente, se numa próxima viagem ocorre tudo bem com a transação, é possível recuperar o dinheiro perdido na última apreensão e ainda obter algum lucro. Mas quando se perde três vezes seguidas, a própria condição de investir na próxima viagem fica comprometida.

Renato diz ter ficado impossível viajar de novo, pois não tinha mais dinheiro suficiente. De acordo com ele, “pra compensar, tem que ter pelo menos uns R\$6000. Pra viagem e pra comprar um tanto de peças que valha a pena”. O dinheiro que ele havia conseguido guardar, visando futuramente comprar um apartamento, foi investido nas viagens mal sucedidas. “Não guardei quanto poderia, acabei gastando muito saindo, viajando” (diz conhecer quase o Brasil todo, além de ter feito viagens para a Argentina e Uruguai). Além disso, comprou um carro, cujas parcelas ainda está pagando.

Nos últimos cinco meses, Renato tem adotado outra forma de ganhar dinheiro. Passou a comprar roupas de outras pessoas que importam informalmente ou viajam para buscar mercadorias no exterior. Diz que seus “fornecedores” anunciavam as mercadorias pela internet. As informações necessárias para a aquisição das mercadorias com relativa segurança de ter os produtos entregues são adquiridas também pela internet. Existem inúmeros fóruns virtuais nos quais os interessados em comprar, vender, importar ou exportar mercadorias dos mais variados países trocam informações e tiram dúvidas sobre as condições de transação, tais como fornecedores, estratégias para contornar a fiscalização, custo-benefício de determinadas operações – se é mais vantajoso viajar a tal país para adquirir mercadorias ou importar pelo correio, por exemplo.

Quadro 1 – Aumento das apreensões no aeroporto de Guarulhos

26/07/2013
<p>SP: Receita registra aumento de quase 40% no volume de retenções no aeroporto de Guarulhos</p>
<p>O trabalho desenvolvido pela Receita Federal no aeroporto de Guarulhos foi destaque na imprensa esta semana. De janeiro a maio deste ano, houve aumento de 39,6% no volume de retenções, em comparação ao mesmo período do ano passado. O valor das retenções já ultrapassa os R\$ 5 milhões. Entre os motivos que levaram ao aumento das apreensões está o incremento de cerca de 80% no efetivo da fiscalização nos períodos de grande movimento, como férias e eventos (Copa das Confederações e Jornada Mundial da Juventude, por exemplo). Outro motivo é o aumento do número de pessoas que viajam com o intuito de praticar o comércio ilegal: compram mercadorias, principalmente roupas, no exterior para revender ilegalmente no Brasil.</p> <p>Veja alguns casos</p> <p>Na noite de 27/7, as equipes da Alfândega de Guarulhos retiveram 815 peças de roupas que estavam com um passageiro acompanhado de uma criança. A seleção foi feita com o uso do scanner móvel da alfândega. Os dois vinham de Miami, nos Estados Unidos, mas pararam em Bogotá, na Colômbia, em uma tentativa de fugir da fiscalização. As roupas, distribuídas em quatro malas, preencheram duas bancadas inteiras do setor de bagagens. A carga era composta basicamente por modelos infantis ainda com etiqueta de loja. Menos de 5% do total eram para uso próprio ou estavam usadas. O passageiro adulto confessou que tem loja para revender esse tipo de mercadoria e que já havia sido flagrado anteriormente pela Alfândega de Guarulhos. Os preços das etiquetas indicam valor de carga de cerca de 16,5 mil dólares.</p> <p>Na manhã de 25/7, outro passageiro foi flagrado com quantidade excessiva de bens de vestuário. Eram roupas compradas no Peru, de marcas famosas que possuem fábrica naquele país. A seleção do passageiro também foi feita com o uso do scanner móvel da alfândega.</p>

Fonte: <http://acoesda-receita.receita.fazenda.gov.br>

“Fui tributado, e agora?”; “Compras de roupas no Paraguai – vale ou não a pena”; “Roupas peruanas x bolivianas”. Esses são exemplos de tópicos de conversas abertos nesses fóruns. A partir dos debates nesses espaços, as pessoas podem aprender estratégias de negócios com outros mais experientes, assim como são incentivadas ou desencorajadas a tentar algo novo. Muito se aprende também com os relatos de fracassos, de gente que perdeu muito dinheiro ou passou por situações difíceis tentando por em prática determinadas estratégias, como importar mercadorias através de uma rota diferente ou mesmo transações mal sucedidas com o que parecia um ótimo fornecedor,

um “negócio de oportunidade”. Talvez essa seja uma das vantagens mais importantes retiradas da participação nos fóruns, ou seja, a possibilidade de encontrar maior segurança nas transações informais.

Se alguém compra de um fornecedor de roupas, por exemplo, no Peru, que anuncia seus serviços no fórum virtual e envia a mercadoria pelo correio, e essa mercadoria chega nas condições combinadas, o comprador pode entrar no fórum virtual e reconhecer a idoneidade do fornecedor, que certamente receberá outros pedidos. Caso contrário, se o fornecedor não entrega as mercadorias nas condições estabelecidas – negociam-se roupas originais, por exemplo, e são entregues falsificações – ou nem, ao menos, a mercadoria é entregue, o comprador lesado irá ao fórum e prejudicará a reputação do vendedor.

Renato compra apenas de fornecedores reconhecidos nas redes virtuais. Em termos financeiros, a estratégia de revender mercadorias encomendadas rende menos do que quando Renato viajava para adquirir o produto a ser comercializado: “Mas é mais garantido, não tem risco, ou quase não tem risco”. O risco existente, como já dito, é de o interessado pagar pela mercadoria e não receber, já que o depósito deve ser feito antes. Renato garante que isso ainda não aconteceu com ele. Confia nos seus fornecedores.

Quando perguntado sobre planos para o futuro, Renato diz pretender abrir uma loja de roupas e “encontrar um sócio pra revezar nas viagens. Ou continuar comprando dos outros mesmo. Dá lucro”. Apesar de fazer planos, demonstra preocupação com o futuro da atividade de importação informal, tendo em vista o aumento da fiscalização. Acredita também que haverá, num futuro próximo, uma redução do preço das mercadorias originais no Brasil, o que diminuiria o lucro da atividade. De fato, o engajamento na atividade informal pode ser interessante para os agentes como uma forma de auferir renda em um determinado momento de sua trajetória econômica, ou pode ser vista como uma prática permanente, apesar da instabilidade inerente.

Figura 1 – Mercadoria à venda nas redes sociais



Renato não se considera sacoleiro, ficou um tanto incomodado quando, durante a entrevista, foi feita a associação entre as atividades, apesar de não saber como se denominar. Talvez, nunca tenha precisado fazê-lo. De acordo com Rabossi (2004), “sacoleiro” é aquela pessoa que viaja para comprar mercadoria para depois revender, distinguindo-se do “muambeiro”, que aparece associado à pessoa que negocia com contrabando (de mercadorias proibidas por lei). No contexto de Ciudad del Este, lócus da pesquisa de Rabossi, muambeiro é uma palavra com conotações negativas, enquanto a palavra sacoleiro nem tanto, na medida em que a categoria sacoleiro consegue autonomizar-se da muamba e aparecer associada a comerciante. Renato acabou se definindo como um “comerciante independente”.

As distintas denominações para atividades muito semelhantes apontam para uma tentativa de distinguir-se socialmente, visto que o termo “sacoleiro” é bastante associado às atividades de contrabando e descaminho realizadas por membros das classes populares. É entendido como “coisa de pobre”. Quando Renato lança mão do termo imediatamente criado (comerciante independente), ele busca se distinguir tanto socioeconomicamente quanto no que se refere às diferentes mercadorias comercializadas.

Refletindo sobre a trajetória de Renato podemos perceber que a inserção na prática informal de importar ilegalmente mercadorias (seja qual for a designação dada para quem exerce a atividade – sacoleiro, muambeiro ou qualquer outra denominação autodeclarada) –, não pode ser mecanicamente associada à experiência da privação como motivação imperativa. Kessler (2010) destaca alguns elementos que contribuem para a compreensão das práticas ilegais na sociedade contemporânea, ainda que este esteja mais atento à questão dos delitos juvenis contra a propriedade privada. O autor considera que as tramas de ilegalismos podem ser melhor esclarecidas quando levamos em consideração as transformações no mercado de trabalho – não apenas a diminuição do emprego formal e a retração dos salários, mas também as mudanças qualitativas associadas ao mesmo – sem perder de vista a importância das experiências culturais referenciadas aos contextos socioeconômicos, cujos sentidos se relacionam com as alterações do lugar ocupado pelo consumo ao longo do tempo.

Essa perspectiva pode contribuir, de certa forma, para nossa análise do trabalho na importação ilegal de mercadorias, uma vez que aponta para uma metamorfose na relação entre trabalho e consumo na sociedade contemporânea, sobretudo entre os jovens. Destarte, podemos inferir que o engajamento em atividades ilegais no contexto atual, longe de se opor à cultura hegemônica, compartilha com esta uma forte valorização do êxito individual, da importância atribuída ao consumo e uma espécie de recusa às opressões da rotina do trabalho (KESSLER, 2010).

Como representado na situação de Renato, é a própria ilegalidade da atividade que garante a possibilidade de lucrar com o negócio. Mais que refúgio para aqueles alijados da possibilidade de inserção no mercado de trabalho formal, as atividades informais podem se constituir numa possibilidade de se alcançar altos lucros, sob o ônus de lidar com a instabilidade e os riscos da ilegalidade. É comum que a rentabilidade de uma atividade, ainda que ilegal, possa ser mais atraente que a formalidade de um emprego. A flexibilidade proporcionada pelo autoempreendimento pode ser exaltada como liberdade frente ao pouco atrativo mercado de trabalho. Com efeito, a nova

informalidade se constitui pelo seu caráter de recurso a ser utilizado por indivíduos de distintos grupos sociais, em diferentes contextos e sob múltiplas motivações.

O “novo” na informalidade, além de representar a incorporação de novos contingentes de trabalhadores nessa condição, pode ser então identificado através da ressignificação do que é trabalhar informalmente. Nesse sentido, para muitas pessoas, inserir-se em alguma ocupação informal não significa, necessariamente, engajar-se temporariamente numa atividade transitória até que se alcance a formalização, seja do próprio negócio ou por meio da carteira de trabalho. Além disso, muitas atividades, dado seu caráter ilegal, não podem ser completamente formalizadas, como é o caso dos sacoleiros e outros pequenos contrabandistas.

Se outrora, a informalidade foi sinônimo de estigma social, sobretudo em se tratando de atividades ilegais, hoje as práticas econômicas informais precisam ser consideradas no seu aspecto de recurso a ser mobilizado pelos indivíduos visando melhorar sua condição social ou buscando uma ocupação mais flexível. Além disso, o “novo informal” tem sido alimentado pela lógica empreendedora, que, na esteira das transformações capitalistas das últimas décadas, têm animado a constituição de uma nova cultura do trabalho, mais adaptada à instabilidade e insegurança características do mundo do trabalho contemporâneo.

Como sugere Pinheiro Machado (2008), ainda que o trabalho informal seja fruto da maneira desigual com que o capitalismo se expande, não se pode negar que ele também tem sua origem na própria ética capitalista. Faz-se presente um *ethos* que permite aos agentes legitimarem socialmente práticas econômicas informais e ilegais, no sentido de estarem motivados pelo desejo de ser patrão, de trabalhar por si próprio. Com efeito, podemos inferir que na nova informalidade estão envolvidas tanto as desigualdades das condições objetivas quanto a mobilização subjetiva dos indivíduos, animada por um “espírito empreendedor”.

3. Empreendedorismo e a nova cultura do trabalho: percursos no comércio popular

Tendo em vista que as causas da crise da sociedade salarial foram atribuídas ao excesso de regulação e à rigidez do modelo fordista, propostas mais flexíveis para a organização da produção e gestão da força de trabalho começaram a ganhar espaço. Como consequência, os indivíduos passaram a ser responsabilizados não só pelo trabalho realizado, mas pelos padrões de produtividade e por sua própria inserção e manutenção no mercado de trabalho. A perda de direitos veio acompanhada de uma espécie de darwinismo social como ideologia, em que os melhores tendem a sobreviver no mercado, o trabalhador é responsável por garantir sua própria empregabilidade e os que fracassarem nesse processo serão tratados como descartáveis (LIMA, 2002).

A consolidação do trabalho informal como constituinte do processo produtivo e das novas configurações da divisão social do trabalho, assim como sua legitimação como alternativa de inserção no mercado de trabalho em um contexto de crise do assalariamento, foi favorecida pela concepção do trabalho na informalidade como um meio de canalização do espírito empreendedor dos trabalhadores. Por conseguinte, a informalidade ganhou uma face mais positiva, na medida em que se desencadeou um processo de naturalização de sua existência. De evidência do subdesenvolvimento, passou a sinônimo flexibilidade e, cada vez mais, de empreendedorismo.

É bastante diversificado o conjunto de definições sobre o termo empreendedorismo. Grosso modo, é a capacidade de alguém que toma iniciativa, busca soluções inovadoras e age no sentido de resolver problemas econômicos ou sociais, pessoais ou dos outros, mediante a constituição de empreendimentos econômicos e sociais. Pode ser, também, a capacidade de as pessoas realizarem um empreendimento e organizarem a produção de bens e serviços mediante a formação de uma empresa, principalmente ajuntando novas tecnologias, ou ainda, o empreendedorismo é o processo de criar algo com valor, dedicando o tempo e os estudos necessários, arcando com os custos financeiros, desgastes psíquicos e sociais e recebendo, eventualmente, as recompensas da satisfação e independência econômica das pessoas (SANTIAGO, 2013, p.07).

O discurso do empreendedorismo se dissemina ao longo da década de 90, num contexto em que predominava a ideia de não haver organização social e econômica possível fora do modelo que ficou conhecido como neoliberalismo. Nesse processo, o excesso de regulação estatal foi responsabilizada pela supressão da capacidade empreendedora dos agentes, que poderia ser liberada sob a forma dos empreendimentos informais (LIMA, 2013). Sempre que se fala em neoliberalismo no Brasil, é possível que seja aberta uma celeuma acerca da efetiva implementação, ou não, de um modelo neoliberal no país. A discussão apresentada neste texto, porém, adota uma concepção de neoliberalismo enquanto racionalidade, como forma de governamentalidade¹³.

Sendo assim, importa menos seus impactos no que se refere à plena realização objetiva das propostas anunciadas pelo modelo neoliberal do que seus efeitos sobre a modulação das condutas sociais. Foucault (2008) analisou o neoliberalismo como uma espécie de racionalidade política voltada ao governo de populações e que visa moldar as condutas individuais sob os termos da maximização de resultados, expandindo aspectos da lógica econômica para outras esferas da vida social. Assim, podemos entender como objetivo central da governamentalidade neoliberal a tentativa de produção de condições sociais que conduzam à constituição de um *homo economicus*, sendo este uma forma de subjetivação cujas raízes podem ser encontradas no liberalismo clássico.

No que se refere mais especificamente à esfera do trabalho, a governamentalidade neoliberal promoveu uma visão particular sobre o trabalhador. Em vez de interpretar o assalariado como um indivíduo obrigado a vender sua força de trabalho, a lógica neoliberal percebe o salário como renda recebida em troca de investimento de *capital humano*, que consiste tanto nas características inatas dos indivíduos quanto em suas competências adquiridas através da educação, treinamento e conhecimentos adquiridos. Foucault (2008) observa que a teoria do capital humano

¹³ O que se entende aqui por governamentalidade neoliberal tem como referência as reflexões de Foucault (2008), em que governamentalidade não significa somente uma estratégia política e econômica, mas implica em toda uma nova forma de ser e de pensar dos próprios indivíduos; ou seja, representa um novo “tipo de relação entre governantes e governados, muito mais do que uma técnica dos governantes em relação aos governados” (FOUCAULT, 2008, p. 301).

representou uma incursão da análise econômica num campo, até então, não explorado estritamente sob esses termos: o trabalho.

De fato, pretender analisar o trabalho em termos econômicos significa buscar compreender como quem trabalha mobiliza os recursos de que dispõe. O trabalho é então interpretado como conduta econômica praticada e racionalizada por quem trabalha. No princípio de racionalidade estratégica, operado através da noção de capital humano, o trabalho passa a comportar um capital, uma *competência* que pode ser investida tendo em vista algum retorno, sobretudo econômico.

Com efeito, o discurso do empreendedorismo passou a veicular a imagem do novo trabalhador como um sujeito capaz de ser flexível perante as adversidades do mercado, criativo e que está disposto a assumir os riscos do investimento no próprio negócio. Nesse sentido, quanto mais próximo o trabalhador estiver da figura do “empreendedor de si mesmo”, mais estaria assegurada sua permanência no mercado de trabalho, sua empregabilidade. Este se torna então um empresário de sua própria força de trabalho, devendo aperfeiçoá-la para que o mercado possa utilizar suas capacidades. Contudo, esse processo carrega um paradoxo no seu desenvolvimento, considerando que os indivíduos são interpelados a tomar o controle de suas trajetórias pessoais e profissionais justamente no contexto onde tudo parece estar além de qualquer controle.

Essa concepção liberal do trabalho é central para o que se pode entender como uma nova cultura do trabalho, que, no campo discursivo, coloca em segundo plano qualquer relação causal com aspectos mais estruturais da organização socioeconômica, conduzindo à responsabilização individual de cada um por seu sucesso ou fracasso, aspectos geralmente avaliados em termos de desempenho econômico. Acreditamos que a ideia de cultura do trabalho, mesmo com as imprecisões em torno do conceito de cultura, pode contribuir para o entendimento da articulação entre as transformações no capitalismo e as experiências e percepções dos trabalhadores sobre o mundo social e do trabalho. Assim, discutir os efeitos da racionalidade neoliberal sobre a emergência de uma nova cultura do trabalho e a conseqüente modulação das condutas individuais, não

nos exime de reconhecer que não ocorre um afinamento perfeito entre as técnicas de dominação e as técnicas de si; supor a existência dessa convergência completa seria anular o sujeito e ignorar as relações de poder (tendo em vista que onde há poder, há resistência), desconsiderando um dos pressupostos centrais da perspectiva da governamentalidade, qual seja, a dimensão ativa do sujeito no governo de si.

No caso particular da nossa questão de pesquisa, entendemos que o engajamento nas atividades econômicas do comércio popular, que comumente envolvem alguma medida de ilegalidade, não pode ser atribuído apenas ao desemprego ou à precariedade do mercado de trabalho, ainda que esses fatores estejam presentes, quando analisamos o trabalho nas diversas escalas dos circuitos da globalização por baixo é preciso levar em consideração a dimensão subjetiva dessas situações. Pinheiro-Machado (2004), ao estudar o trabalho autônomo dos sacoleiros, percebe um forte “desejo de trabalhar para si próprio” que não pode ser atribuído sem mediações à experiência da privação.

Essa valorização do trabalho autônomo tem relação com a exaltação da figura do empresário, encarnação do heroísmo contemporâneo, visto que simboliza o sujeito voltado para o futuro e capaz de sobreviver num ambiente marcado pela incerteza (BENDASSOLI, 2000), além de não se acomodar nas condições em que vive e ser capaz de transpor hierarquias. A possibilidade de subverter hierarquias, tal como anunciada pelo discurso empresarial, é um elemento que contribui para a disseminação da ideologia do empreendedorismo entre todas as classes sociais. Não faltam exemplos de pessoas que superaram suas condições objetivas de vida e alcançaram posições sociais elevadas. O “efeito Silvio Santos”, o camelô que ficou milionário, tem reflexos sobre a modulação das condutas quando mobilizado por um discurso que faz parecer que o mesmo caminho é possível de ser traçado por todo e qualquer um que se dedique e faça o investimento subjetivo necessário.

Sem dúvida, as condições de possibilidade para disseminação, aceitação e introjeção desse discurso foram oferecidas pelas transformações capitalistas das últimas décadas, como as reconfigurações no mundo do trabalho desencadeadas pelo processo

de reestruturação produtiva, com a desterritorialização industrial, enxugamento das empresas, aumento da terceirização e propostas de flexibilização dos direitos atrelados ao assalariamento. Esse pano de fundo estrutural não pode ser desprezado ao refletirmos acerca da hegemonia da lógica empresarial, em grande medida individualizante. A insegurança instituída por esses processos, que culminaram inclusive na “desestabilização dos estáveis” (CASTEL, 2013), fragilizaram a disposição para a construção de um solo coletivo de demandas. De acordo com Bendassoli (2002), uma espécie de aventura empresarial passa então a ocupar o lugar deixado pelo vazio dos modelos de política que produziam uma noção de coletividade mais ampla, diferente de alguns movimentos coletivos contemporâneos voltados à resolução de questões pontuais. A individualidade, antes associada a uma espécie de indiferença, passa a ser legitimada como a busca por uma trajetória de realização pessoal.

Para Ehrenberg (2010), uma alegoria do sujeito contemporâneo poderia ser expressa através da figura do “indivíduo conquistador”, aquele que deve ser o empresário de si mesmo independente das condições sociais nas quais se veja imerso. Ávido pelo sucesso, o indivíduo conquistador extrai suas energias de um cenário de competição acirrada, da qual os vencedores são os sobreviventes de um processo de seleção, se não natural, legitimada como justa. A radicalização expressa nesse modelo de subjetividade denuncia um contexto histórico no qual a realização pessoal parece desvinculada de qualquer grande narrativa ou “esperança de massa” (BENDASSOLI, 2000).

Porém, mesmo essa forma de “individualismo contemporâneo” não implica em um sujeito desfiliado e voltado apenas para si e para os próprios desejos. Na verdade, representa um sujeito completamente socializado e que compartilha da moralidade do contexto em que está inserido. A busca incessante pela realização pessoal, muitas vezes interpretada como egoísmo ou simples vaidade narcisista, pode ser uma manifestação da “subjetividade comum” das pessoas (EHERENBERG, 2010), sempre contextual. Em um ambiente de instabilidade no qual as pessoas se sentem cada vez mais largadas a sua própria sorte, a dedicação obstinada orientada para a melhoria de suas condições de vida

e sustentada, sobretudo, na suposta energia empreendedora de cada um, emerge como uma margem de comportamento completamente legítimo.

Como veremos a seguir, as trajetórias dos sujeitos entrevistados expressam a influência dessa lógica empreendedora sobre suas disposições para o engajamento subjetivo nas práticas econômicas da globalização por baixo. A incorporação de um discurso empreendedor pelos agentes aparece como elemento fundamental para o desempenho dessas atividades comerciais, o que não deixa de ser a própria narrativa capitalista internalizada e reproduzida (PINHEIRO MACHADO, 2008). Ainda que alguns possam ter sido impelidos a se inserirem no comércio informal como reação às adversidades do mercado de trabalho, a permanência e o sentido que atribuem a suas ocupações envolvem uma série de iniciativas que fazem referência ao espírito empreendedor característico do *ethos* capitalista moderno.

3.1. Joelma: de costureira a empreendedora no comércio popular

Joelma tem 45 anos e cabelos loiros evidentemente descoloridos. É dona de um box na Feira da Madrugada, no qual comercializa mantas importadas do Paraguai (artigo muito comum na Feira ao final do primeiro semestre do ano) e roupas femininas de confecção própria. Como muitos outros camelôs, nasceu na região Nordeste do país, em Picos, no Piauí. Vive já há 40 anos em São Paulo, desde que a família mudou-se em busca de melhores condições de vida. É casada e tem três filhos. Mora em casa própria na Zona Leste da Cidade, com o marido e os dois filhos mais novos, uma vez que a filha mais velha já se casou. O marido é funcionário público na prefeitura de São Paulo.

Há cerca de vinte anos Joelma trabalha transitando entre diferentes ocupações e formas de comércio popular. Estudou até a oitava série e seu primeiro emprego foi aos 17 anos, quando começou a auxiliar uma vizinha proprietária de oficina de confecção em casa, que trabalhava como terceirizada para uma fábrica. Não possuía qualquer experiência com costura e foi aprendendo aos poucos. Ela se considera muito “esforçada” e “interessada”. Procurou aprender todas as etapas da produção das peças

de roupas que eram confeccionadas na oficina. De acordo com ela, a fábrica enviava uma “peça piloto” que deveria ser reproduzida na terceirizada. No início, ganhava um salário fixo (não se lembra do valor) para trabalhar por um período de oito horas. Quando ficou mais hábil na produção, começou a ganhar por peças produzidas, “por produção”, como ela diz. “Trabalhava mais, mas ganhava mais. Nunca fui de rejeitar trabalho”. Trabalhou nessa oficina por três anos, até que a vizinha se mudou para Minas Gerais.

Como possuía experiência no ramo de confecções, acabou sendo contratada por uma fábrica. Na época, já havia casado e tinha uma filha. Nessa fábrica, era registrada e trabalhava uma jornada normal durante o dia, mas à noite costurava em casa com máquina emprestada pela empresa. Chegava a trabalhar até a meia noite. “Sempre trabalhei muito. Nunca gostei de ficar a toa”. Permaneceu nessa rotina até o dia em que uma amiga pediu para que Joelma a acompanhasse numa entrevista de trabalho em outra fábrica de confecções. Joelma foi e, enquanto esperava a amiga, viu que estava aberta uma vaga para “piloteira¹⁴”. Atraída pelo salário, aproveitou a oportunidade e fez a entrevista. “Mentiu”, dizendo que já havia trabalhado como piloteira em uma oficina, mas que nunca havia sido registrada na função. “Me deram um saco com umas partes duma calça e o desenho. Aí falaram ‘faz. Monta aí’”.

Joelma passou na entrevista e foi contratada pela empresa. O salário no novo emprego e na nova função era maior do que o anterior, na época passou a receber R\$1200. Além disso, Joelma continuou costurando em casa quando chegava do trabalho, produzindo como terceirizada para a antiga empresa. No entanto, após sofrer com a “implicância” da encarregada na fábrica, que chegou a deixá-la em depressão, Joelma se sentiu constrangida a pedir demissão.

Foi nesse período, enquanto estava desempregada, que Joelma passou a se engajar nas primeiras atividades de comércio informal. Ela foi convidada para trabalhar com o irmão, que comercializava produtos eletrônicos importados do Paraguai.

¹⁴ Pessoa que confecciona a peça piloto, que será enviada às oficinas para produção em massa. No setor de confecções, é um posto relativamente qualificado.

Confiando na rentabilidade do negócio, ela resolveu então investir o dinheiro do “acerto” com a ex-empregadora na compra de mercadorias do Paraguai. Passou também a viajar com o irmão para comprar eletrônicos e revender na sua banca, que na época consistia num tripé de ferro montado na Rua Oriente, no Brás. Dessa forma, ela se inseriu diretamente numa atividade que, como observa Rabossi (2004), passou a ganhar grande visibilidade ao longo dos anos 90. O fenômeno do trânsito dos sacoleiros brasileiros através da fronteira com o Paraguai começou a tornar público um fluxo que já se fazia presente há tempos, só que pelas mãos dos grandes contrabandistas, qual seja, a torrente de produtos importados de todo tipo que ingressa às toneladas no Brasil.

Joelma trabalhou nessa atividade por três anos. Ela afirma que era uma ocupação muito cansativa e arriscada, por conta da frequência de viagens ao Paraguai, do medo dos acidentes na estrada, dos assaltos, além do risco frequente de perder as mercadorias por conta da fiscalização na fronteira. Segundo ela, perdeu poucas vezes seu investimento, uma vez que havia alguém no ônibus encarregado de resolver o “acerto” com os fiscais. Todos no ônibus entregavam uma certa quantia a essa pessoa, que repassava aos agentes da fiscalização. “Mas acontecia de, às vezes, a pessoa que estava acertada não estar no lugar na hora do ônibus passar. Aí não tinha jeito, eles levavam mesmo”, recorda a comerciante.

Joelma viajava quinzenalmente ao Paraguai, intercalando com as viagens do irmão. No fim do ano, período em que as vendas são maiores, viajavam duas vezes por semana. De acordo com ela, a renda advinda da atividade era muito boa, porém os riscos e o cansaço não compensavam. Foi quando, em 2005, abriu o processo de inscrição para o sorteio de boxes na Feira da Madrugada. Joelma se inscreveu e ganhou um box no espaço. No início começou a revender roupas que comprava de contatos estabelecidos na época em que trabalhava em fábricas: “Pegava umas peças e colocava uns R\$2, R\$3 em cima e vendia aqui”. Ao mesmo tempo, começou a se preparar para fabricar a própria mercadoria. Há oito anos Joelma fabrica suas próprias roupas, ou melhor, confecciona o modelo piloto e repassa para oficinas domiciliares nas quais costureiras o reproduzem.

A estratégia empreendedora de Joelma acabou obtendo êxito através do agenciamento da oferta de mão de obra abundante, disponível para a execução de serviços terceirizados nas inúmeras oficinas informais espalhadas pelos bairros da cidade de São Paulo. Vale lembrar que a prática de terceirização, disseminada amplamente com a lógica da flexibilização produtiva, tem se constituído numa das principais estratégias para a gestão da força de trabalho. Contando com esse contingente de mão de obra, não é preciso ter fábrica para ser fabricante, basta conceber um produto que este pode ser confeccionado acionando os serviços dos milhares de trabalhadores informais encontrados nas precárias oficinas domiciliares (RANGEL, 2013).

Ocorre que a renda da família de Joelma aumentou muito desde então. Com a fabricação das próprias mercadorias (roupas femininas e moda de praia, no verão), Joelma passou a atingir uma renda de cerca de R\$8000 por mês com o box na Feira da Madrugada, sendo que em dezembro esse valor pode chegar aos R\$16000. Ela reconhece que jamais teria acesso a tal renda no mercado de trabalho formal, não só por conta do seu nível de escolaridade, mas porque, objetivamente, essa não é a realidade da maioria da população.

Contudo, nos últimos quatro meses, Joelma não tem trabalhado com sua própria mercadoria, visto que o marido precisou fazer uma cirurgia e ela dedicou-se ao cuidado de sua recuperação, não podendo se empenhar na confecção. Por isso, no momento da entrevista, o box da comerciante contava com poucas roupas e expunha uma coleção de mantas. Esse produto vem do Paraguai e é trazido por um “atravessador”, cujo contato foi adquirido junto a um colega da Feira. Joelma pouco interage com o rapaz que traz a mercadoria. “Ele traz, eu pago e ele vai embora”. Segundo ela, de vez em quando fica sem a mercadoria, porque o atravessador perde a carga na fronteira. “Aí o vizinho passa aqui e fala ‘fulano caiu! ’”. Para se livrar desses contratemplos que prejudicam o negócio, Joelma pretende retomar a produção de suas roupas já no mês que vem, tendo em vista que o marido já se recuperou.

Apesar de estar muito satisfeita com suas conquistas e com o próprio negócio, Joelma reconhece que a atividade é também bastante exaustiva e instável. Ela abre o box por volta das 2h fecha por voltas das 14h, às vezes chega as 16h, dependendo do movimento. Quando em casa, ainda tem que cuidar das tarefas domiciliares e da parte administrativa do negócio (fazer atividades de banco, buscar tecidos, trabalhar nas mercadorias a serem fabricadas e gerenciar os produtos que estão sendo confeccionados pelas costureiras). Precisa estar sempre pensando na escolha do produto a ser vendido, pois, como é comum nesse tipo de comércio, há um risco muito grande de se investir no produto errado, que conseqüentemente dará pouco retorno, o que pode conduzir a prejuízos desastrosos.

Entre os principais benefícios do negócio, ela exalta a condição de trabalhar para si própria, “te dá liberdade pra tomar decisões, liberdade pra crescer”. Além de que permite uma maior flexibilidade de horários. “Se eu não quiser trabalhar um dia, não venho. Se quiser viajar e não abrir, não abro!”. Ela aparenta muita satisfação em dizer que não trocaria sua ocupação por qualquer emprego com patrão. Diz que não se acostumaria mais com uma jornada de trabalho fixa. A possibilidade de gerir o próprio tempo, controlando a própria carga horária, a deixa muito orgulhosa, apesar de raramente usufruir dessa flexibilidade positiva. A condição de “patroa de si mesma” e a rentabilidade da atividade, acaba justificando o cansaço da longa jornada de trabalho e a evidente ausência de tempo para o envolvimento em outras atividades, que não relacionadas à ocupação. Porém, Joelma diz fechar em alguns feriados prolongados, acompanhando o ritmo da feira, que fecha também. Na verdade, ela é obrigada a fechar, visto que os portões da Feira não são abertos nessas situações. Além disso, viaja cerca de quatro vezes por ano pra praia. “Todos os anos, não abro mão”.

Ela acredita que só obteve sucesso no ramo porque sempre teve os “pés no chão” e gostou de trabalhar, assim como gosta do que faz. Nunca gastou o que não tinha, para não se endividar, bem como não confunde o que é capital e o que é lucro (enquanto falava sobre sua capacidade de administração, me mostrou um caderno, já bastante desgastado, no qual controla as vendas e calcula o lucro que obteve sobre cada peça

vendida, descontando o que foi investido). “Muita gente mistura capital com lucro. Aí, vende muito e não sobra nada. Acaba endividado”. Joelma afirma ter total controle do que investe e do que lucra, controlando as despesas.

A fala da comerciante contraria algumas análises sobre o trabalho dos camelôs que entendem a atividade como uma ocupação provisória marcada pelo imediatismo e pela dificuldade de gestão dos ganhos. Há uma tendência em avaliar esses trabalhadores pelos que eles não têm (educação, capacidades, qualificação), contudo, durante esta e outras entrevistas, fui bombardeado por expressões das qualidades subjetivas que permitiram o sucesso desses trabalhadores, como determinação e criatividade. Essas qualidades são bastante valorizadas num contexto onde os trabalhadores são cada vez mais convocados a serem empreendedores de si mesmos. O “ser empreendedor” faz referência a uma série de atributos pessoais e psicológicos, como a capacidade de iniciativa, a autoconfiança, a aceitação do risco, a capacidade de assumir responsabilidades, a energia, a automotivação, o otimismo e a persistência (SANTIAGO, 2013). Assim, o reconhecimento dessas capacidades autoproclamadas é importante para a compreensão das percepções que os trabalhadores têm sobre sua própria condição.

Apesar de muito extenuante, Joelma considera a atividade gratificante. Quando pensa no futuro, ela faz planos de montar uma loja fora da Feira. Uma loja de roupas em que venda seus próprios produtos. Se possível, fora de São Paulo. “Gostaria de me mudar para uma cidade pequena, longe desse tumulto, e ficar tranquila”, planeja com um semblante de cansaço, enquanto termina de amontoar as mantas no interior do pequeno box, pronta para ir embora.

A trajetória de Joelma reflete muito desse cenário em que o mercado de trabalho formal deixou de simbolizar segurança e estabilidade para planejar a vida além do próximo ano, mesmo que, objetivamente, o emprego formal no Brasil não tenha sido capaz de consolidar essa expectativa para a maior parte da população. De fato, em tempos de flexibilização do mercado de trabalho, as pessoas acabam sendo incentivadas

a buscar alternativas para a melhoria das próprias condições sociais, inclusive sendo responsabilizadas quando não obtêm sucesso nessas empreitadas. Como resultado, pode-se constatar que ocupações como o comércio popular, com seus variados níveis de informalidade, se apresentam como uma possibilidade real para um grande número de pessoas que buscam ganhar a vida por meio do autoempreendimento.

Contudo, não se pode reduzir o engajamento nas atividades de comércio popular, como o trabalho de camelôs, sacoleiros e outros agentes envolvidos em mercados informais, apenas às privações decorrentes da instabilidade do mercado de trabalho. Avaliar a inserção dos trabalhadores nas diversas formas de comércio popular e informal a partir da consideração da condição instável do mercado de trabalho pode ser bastante pertinente, uma vez que essa é uma variável fundamental. No entanto, essa perspectiva precisa ser relativizada, sobretudo quando se trata de explicar a permanência dos agentes nessas ocupações.

O caso de Joelma é ilustrativo, pois mesmo após se encontrar numa situação de desemprego, ela ainda podia contar com a renda do marido funcionário público e com a ocupação de costureira, que desempenhava em sua própria casa. Certamente, a saída do mercado de trabalho formal contribuiu para que ela buscasse outra forma de aquisição de renda, mas não porque dela precisasse para sua sobrevivência imediata ou de sua família. A ideia de ascensão econômica através da inserção numa ocupação mais rentável sempre esteve presente nas motivações de Joelma. E é a própria rentabilidade do trabalho no comércio transnacional e informal que justifica a permanência de Joelma na atividade, assim como a maior flexibilidade encontrada na ocupação.

3.2. Jadson: o “empreendedor de si” no comércio transnacional informal

A trajetória de Jadson é representativa da incorporação da lógica empreendedora, que impele os sujeitos a mobilizarem-se a partir da aceitação da proposição de que a sobrevivência no mundo do trabalho contemporâneo depende, acima de tudo, do esforço

e criatividade individual. De modo que cada um passa a ser o único responsável pela melhoria de suas próprias condições de vida, pelo seu sucesso econômico.

Jadson tem 26 anos. Nasceu e foi criado na Zona Sul de São Paulo. Realizou toda a formação escolar em colégios particulares. O pai possui uma empresa de som e alarme automotivo, onde a mãe trabalha na administração. O pai é desses raros exemplos de ex-funcionários que, partindo de baixo, conseguem abrir o próprio negócio, tornando-se empresários bem sucedidos. Jadson, por sua vez, é articulado e bem informado. “Leio as notícias todos os dias na internet, principalmente sobre economia”. Ele domina bem os idiomas inglês e espanhol, que aprendeu “um pouco na escola e um pouco assistindo TV e jogando videogame”.

O rapaz começou a trabalhar aos 16 anos, na empresa do pai. Aos 19, passou a gerenciar sua própria loja, uma outra unidade da empresa familiar, aberta sob sua responsabilidade. “Era f..., trabalhava pra caramba. No fim do mês, pagava todas as contas e os funcionários, e minha renda dependia do que sobrasse”. Ele disse que demorou algum tempo para conseguir “fazer algum dinheiro” com a loja (disse que chegou a lucrar por volta de R\$2500 por mês). Como morava com os pais, o dinheiro era direcionado apenas para coisas de seu próprio interesse (festas, roupas, carro...etc).

Após alguns conflitos com o pai, somado a um romance que terminou mal, Jadson resolveu vender a loja. “Peguei o dinheiro e viajei pelo país. Foi o melhor investimento que já fiz. Investi em mim!”. Após a temporada de viagens terminar, começou a pensar no que fazer. Não aceitaria, nem poderia voltar a trabalhar com o pai. Foi quando um amigo lhe convidou para participar de uma empreitada. Planejava ir até o Paraguai comprar produtos eletrônicos e revender no país. Ele ficou empolgado e disse que até otimizou o plano. Em vez de produtos eletrônicos, que o amigo não tinha uma ideia muito consistente de como revender, trariam aparelhos de som automotivo e rolos de insulfilm¹⁵, artigos que já sabia como lidar, pois havia trabalhado no ramo.

¹⁵ Película escura aplicada sobre a superfície de vidros de veículos automotivos.

Na primeira viagem ao Paraguai, o carro em que os dois amigos estavam foi parado pela fiscalização. Aprenderam os rolos de insulfilm, mas os deixaram ficar com as caixas de som. “Acho que ficaram com dó da gente”. Jadson estima que perderam cerca de R\$3000 cada um, entre os custos da viagem e a mercadoria apreendida. Dois meses depois, viajaram novamente, e dessa vez deu tudo certo. A mercadoria foi revendida para lojas especializadas, inclusive a empresa do pai. Segundo Jadson, o negócio, que praticou por cerca de dois anos, lhe rendia mais de R\$4000 por mês. Durante esse período, o rapaz disse ter ficado “meio deslumbrado”. “Usava muita droga...e era muita mulher. Me perdi e perdi muito dinheiro”. Ficou seis meses sem viajar, até que “se recuperou” e voltou à ativa. “E o dinheiro estava acabando também, né.”

Em uma das idas ao Paraguai, Jadson conheceu dois peruanos que estavam negociando informalmente roupas de diversas marcas. Ele reconheceu uma oportunidade de negócio e começou a se informar sobre o esquema por meio da internet. E foi pela internet que conseguiu um contato no Peru, um empresário que possuía acesso a alguns fabricantes e se apresentava como um canal para a aquisição de roupas originais por baixos preços. Ele foi à Lima, se encontrou com o contato e voltou para o Brasil com a mala cheia de roupas de marca. “Antes de ir, já tinha conversado com o cara de uma loja que disse que compraria o que eu trouxesse”. Revendeu as roupas que havia trazido e teve um lucro de cerca de R\$7000. “Fiquei muito feliz! Descobri meu lugar!”.

Jadson realiza há três anos viagens regulares ao Peru, a cada dois meses. Considera-se um “importador informal¹⁶”. Não sabe ao certo quantas vezes foi pego no aeroporto com mercadorias contrabandeadas. A cada vez que isso acontece, perde em torno de R\$6000. Mas, na próxima viagem, se não houver contratempos, recupera o dinheiro perdido e ainda obtém algum lucro. Atualmente, possui um contato no Peru que atua numa empresa de etiquetas, ou seja, um acesso direto a várias fábricas. Jadson compra artigos de vestuário de diversas marcas (Lacoste, Abercrombie, hollister) por

¹⁶ Outra autodenominação que busca atribuir maior status à atividade desenvolvida

preços entre US\$15 e US\$25, revendendo no Brasil por cerca de R\$170. Revela que trabalha também com réplicas, repassando as peças como originais. “Mas só as réplicas muito bem feitas”.

Durante algum tempo, ele também já revendeu artigos de vestuários comprados de outras pessoas que importavam mercadorias, ou enviados através do correio ou transportadora. No entanto, prefere ir pessoalmente atrás dos produtos. “O lucro é menor e você sempre passa raiva. Sempre vem alguma coisa errada ou faltando. Fora que demora pra chegar, você precisa do dinheiro em um mês e as coisas demoram quarenta dias pra chegar. E ainda tem a correria pra conseguir vender depois”. Nesse período, ele comprou algumas vezes de um contato que trazia roupas do Peru através do Acre, e revendia a partir do Paraná.

Era um esquema louco. O cara atravessava as mercadorias [para o Brasil] de carro ou ônibus, sei lá, depois despachava elas pela transportadora lá do Acre, e voltava pro Paraná de avião. Aí ficava só esperando as coisas chegarem. [...] Mas ele parou, eu até perdi o contato. Acho que não tava compensando pra ele.

Atualmente tem se visto obrigado a revender pessoalmente as camisetas no varejo. “Perdi muita grana, estou cheio de rolo. Estou tendo que me levantar”. Quando vende no varejo, alcança um lucro maior do que quando vende a “mala” toda, no atacado, para alguma loja. No entanto, a venda no varejo é mais demorada e o pagamento nem sempre é imediato. Além disso, o preço de cada mercadoria varia de acordo com cada negociação individual. Ele anuncia as roupas no Facebook e espera ser contatado para levar as mercadorias até a casa dos interessados. Disse ser muito requisitado e ter que andar o dia inteiro pela cidade, seja vendendo ou cobrando dívidas.

Quadro 2 – Apreensão de mercadorias no Acre¹⁷

06/12/2012

AC: Receita Federal desarticula contrabando de roupas de grife no Acre

A Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho da Receita Federal na 2a. Região Fiscal (2a.RF), que integra os estados do norte do país, com exceção do Tocantins, realizou operação de repressão na cidade de Rio Branco e nas rodovias do Estado do Acre para combater o contrabando e descaminho. Após investigação prévia realizada, foi descoberto um forte esquema de entrada ilegal no país de roupas contrafeitas e originais, provenientes da cidade de Lima no Peru e de Cobija na Bolívia. Durante o procedimento de fiscalização na BR317(Estrada do Pacifico), foram apreendidas cinco malas com camisas de diversas marcas, com destino á cidade de São Paulo.



Na cidade de Rio Branco foram apreendidos no setor de cargas de uma companhia aérea 11 volumes com roupas de diversas marcas com destino á cidade de São Paulo e Goiânia No aeroporto foram apreendidos 18 volumes que seriam enviados para São Paulo nas duas principais companhias aéreas do Brasil. O total apreendido foi de aproximadamente 6000 peças avaliadas em R\$ 500.000,00 Participaram nove servidores da RFB composta pela equipe da Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho da 2ª RF e servidores da Delegacia de Rio Branco, além de apoio do Exército Brasileiro nas operações realizadas em rodovia.



Fonte: www.acoesdareceita.receita.fazenda.gov.br/posts/2012/12/ac-receita-federal-desarticula-contrabando-de-roupas-de-grife-no-acre/?searchterm=peru

¹⁷ Após a entrevista com Jadson, procuramos informações sobre a importação de mercadorias peruanas através do Acre, e, de fato, foram verificadas ações da Receita Federal na região com o intuito de apreender tais produtos.

Jadson diz ter poucos amigos no mesmo ramo. Mas conhece muita gente. Estar inserido em uma rede é condição para o exercício da atividade que ele exerce. Bourdieu (2007) destaca que as redes de relações sociais são produto do trabalho de instauração e manutenção necessário para a produção e reprodução de relações duráveis e úteis, aptas a proporcionar lucros materiais e simbólicos. A pertença a uma rede social, assim como a extensão da rede e qualidade dos contatos estabelecidos, determinam o volume do capital social¹⁸ que os agentes possuem. Ao relacionar o conceito de capital social com o trabalho no comércio transnacional informal, podemos perceber a importância da construção de redes de contatos para a obtenção de sucesso na ocupação, uma vez que a mobilização da rede parece ser fundamental desde o ingresso na atividade até o processo de compra e revenda dos produtos. O irônico é que, se a atividade exercida por Jadson é, em grande medida, individualizada, a participação em uma rede de contatos sociais, ainda que de maneira instrumental, é pré-requisito para a conquista de seus interesses particulares.

Ele garante que para “se dar bem” é preciso conhecer muita gente, ser desenvolvido, articulado. E, de fato, ele aparenta ter essas características. Com efeito, é possível atribuir a esse tipo de trabalhador um conjunto de características relacionadas à figura do “empreendedor de si mesmo”¹⁹ – o sujeito flexível, móvel e dotado de um “saber-ser” que o torna capaz de construir relações de confiança, necessárias ao estabelecimento dos contatos fundamentais para sua inclusão nas redes, que podem ser mobilizadas para facilitar o trânsito no mercado (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009).

Quando perguntado sobre planos para o futuro, garante estar guardando dinheiro para comprar um apartamento nas “economias emergentes” (Colômbia, Peru ou Bolívia). Pretende “fazer dinheiro” com imóveis no futuro, para isso guarda dinheiro numa poupança, sempre que possível. Planeja também começar a pagar uma

¹⁸ De acordo com Bourdieu, o conceito de capital social se refere ao “conjunto dos recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento mútuos [...]” (BOURDIEU, 2007, p.67). Grosso modo, capital social pode ser entendido como as relações sociais que podem ser instrumentalizadas em prol dos interesses dos envolvidos, ou seja, se refere à possibilidade de capitalização das relações.

¹⁹ Noção utilizada por Boltanski e Chiapello (2009) para discutir as características do novo indivíduo adaptado ao mundo do trabalho contemporâneo.

previdência privada, daqui a alguns anos. Diz gostar do que faz porque viaja bastante e, principalmente, porque “dá muito dinheiro”. De fato, nas brechas abertas pela globalização por baixo, uma grande variedade de atividades se desenvolvem aproveitando a existência de embargos que funcionam como diferenciais de acesso a determinadas mercadorias. Deriva disso que atividades como contrabando e descaminho se mostram bastante lucrativas para aqueles que fazem chegar determinados bens a novos mercados ou com preços mais baixos.

No momento, Jadson voltou a morar com a mãe, junto com a namorada colombiana. Até a alguns meses atrás, pagava R\$1500 de aluguel no apartamento onde morava, mas por conta do mau momento financeiro em que vive, precisou conter despesas. É interessante notar que, apesar de se orgulhar do lucro que consegue auferir com a importação informal, Jadson faz diversas referências às dificuldades financeiras que enfrenta, com alguma frequência. Diz não saber direito em que gasta seu dinheiro: “Um pouco nas baladas, roupas, eletrônicos, sei lá. Nem sei pra onde vai”. Isso é representativo tanto da instabilidade na qual o rapaz está inserido quando do papel secundário designado ao planejamento de longo prazo. Como bem coloca Sennett (2002), dadas as recentes transformações sociais, a sina do indivíduo contemporâneo é flutuar na vida à deriva.

3.3. Da “ética do emprego” à “ética do trabalhar”

Paulo tem 41 anos, é casado há 22 e pai de duas filhas. Mora em casa própria com a mulher e as filhas em um bairro da Zona Leste de São Paulo. Nasceu em Teixeira de Freitas – BA, e está em São Paulo há 24 anos. Trabalha com vendas desde os 7 anos, quando começou vendendo as verduras que seu pai plantava no quintal de casa. A partir de então, trabalhou vendendo doces, “geladinho” e salgados nas ruas da cidade.

Aos 17 anos, mudou-se para São Paulo. Veio trabalhar com um irmão que comercializava frutas no mercado municipal. Três anos depois, o irmão voltou para Teixeira de Freitas, onde abriu uma vidraçaria, e Paulo comprou sua parte no negócio de

frutas. Contudo, no ano seguinte, ele teve muitos prejuízos e não conseguiu dar continuidade à atividade. “Quebrei mesmo, fiquei com uma mão na frente e a outra atrás”. Ele atribui o fracasso do seu empreendimento ao crescimento das grandes redes de supermercados. “Não dá pra competir, um negócio pequeno como o que eu tinha contra um Pão de Açúcar, por exemplo”.

Em 1996, acabou vendendo a barraca de frutas e investiu no comércio de embalagens plásticas. Ele comprava as embalagens diretamente das fábricas e revendia por quilo em um carrinho na Rua Oriente, no Brás. Trabalhava da madrugada até por volta do meio dia. “No começo, dava muito dinheiro. Praticamente, só eu que vendia. Aí começou a aparecer um monte de gente com o mesmo produto e o lucro começou a cair. Tive que ir abaixando o preço”. Permaneceu no negócio de embalagens até 2006, quando avaliou que montar um box na Feira da Madrugada parecia mais vantajoso. “Eu tinha um conhecido que vendia roupas aqui, e estava ganhando muito dinheiro. Ele queria vender o box porque estava indo embora pro Sul”. Paulo diz ter pago R\$5000 reais no box. “Ele queria R\$7000, mas dei R\$3000 de entrada e disse que parcelaria o resto em seis meses. Aí ele, que não era bobo, aceitou”.

Como era iniciante no comércio de roupas, Paulo comprava mercadorias de outros boxes e revendia no seu, cobrando R\$2 ou R\$3 mais caro. “Mesmo assim compensava. Na época se vendia muito, isso aqui vivia cheio. Batia lona direto”. Depois de algum tempo no ramo, começou a procurar os endereços dos fabricantes nas etiquetas dos produtos e passou a negociar direto com as empresas. Eliminando os intermediários, sua renda dobrou, dos R\$2000 que atingia antes, passou a lucrar cerca de R\$4000 mensais. Além do box que possuía, comprou mais dois, próximos ao seu. Ele e a esposa cuidavam sozinhos dos três.

Porém, com o recadastramento dos comerciantes na Feira da Madrugada, Paulo perdeu um dos boxes que havia comprado, pois a prefeitura determinou que só poderia ser registrado um box por CPF. Assim, ele ficou com dois boxes, um no seu nome e outro registrado no nome da esposa.

Em 2013, a prefeitura determinou que a Feira seria fechada para reforma. Paulo garante que os comerciantes só foram avisados com uma semana de antecedência. Sendo essa informação exata ou não, o fato é que muitos ficaram desesperados por não saber o que fazer no período em que o espaço estivesse fechado. Paulo afirma que, inicialmente, o prazo para reabertura seria de 45 dias: “Aí pensamos, quarenta e cinco dias dá pra aguentar”. Mas, como já dito antes, a feira ficou fechada por sete meses. Os comerciantes tiveram que “se virar” das mais variadas formas possíveis.

Paulo, inicialmente, alugou um box numa galeria ali mesmo, na região do Brás. Enquanto a esposa cuidava das vendas no novo espaço, ele viajava para vender em feiras itinerantes. Manteve o box nessa galeria por 3 meses. “Pagava um absurdo! Quase R\$2000 por mês de aluguel, pra enriquecer esses libaneses”. Como o preço do aluguel era muito alto, desistiu do espaço e passou a se dedicar apenas às feiras itinerantes. Viajava duas ou três vezes por semana para feiras no Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Minas Gerais e interior de São Paulo.

Quando a Feira da Madrugada do Brás foi reaberta, Paulo parou de viajar e voltou para os seus boxes junto com a esposa. Ele reclama muito da situação das vendas desde então. Acredita que o movimento caiu muito por causa do tempo em que a Feira ficou fechada. “Os clientes encontraram outros lugares pra comprar”. Desde que a feira foi reaberta, a renda mensal de Paulo raramente passa de R\$3000 mensais, com exceção do fim do ano, quando as vendas são geralmente maiores. Se antes do fechamento da Feira, viajava para comprar mercadorias dos fabricantes em Monte Sião - MG até três vezes por semana, atualmente viaja uma vez a cada dois meses. “Sempre fica mercadoria encalhada”.

Pensando nas dificuldades enfrentadas no momento atual, Paulo destaca a importância dos laços de confiança para o funcionamento do seu negócio. Se antes viajava mais e comprava mais, hoje, apesar do momento menos próspero economicamente, conta com a confiança dos fornecedores. “Hoje pego a mercadoria em consignação. O nome é tudo! Quem trabalha certo, tem nome limpo”. Ter “nome limpo”

funciona como um capital simbólico muito importante dentro da feira. Quando é preciso pegar mercadoria com alguém, por exemplo, caso haja algum imprevisto, ser reconhecido como honesto garante alguns benefícios como pagar depois de vender.

Na visão de Paulo, para dar certo trabalhando no ramo tem que ter “garra pra trabalhar”, tendo em vista a penosa rotina da atividade. Paulo nunca vai dormir antes das 20h e acorda a 1h para trabalhar. Nos dias em que vai a Monte Sião comprar mercadorias, sai ao meio dia de São Paulo e chega por volta das 23h, dorme um pouco e levanta a 1h. Depois que fecha o box e vai pra casa, ainda não descansa. “Quando você chega em casa, você não vai dormir, não. Faço as coisas de banco – cobrir um cheque, fazer um depósito -, arrumo a mercadoria pro outro dia”. No verão, período em que contrata costureiras para confeccionar as roupas que vende (nas palavras dele, “modelos femininos simples, com tecidos mais leves”), ainda tem que “ir atrás de costureira, cortador, tecido”. É preciso também estar atento às mercadorias que estão sendo procuradas pelos consumidores, errar na mercadoria é sempre um risco de prejuízo. “E quando acerta, tem que aproveitar enquanto é novidade, porque depois todo mundo copia”. Ele vê como competição desleal a “invasão” de chineses e libaneses no comércio da Feira da Madrugada. “Eles trabalham com container. E põe container nisso! Aí o preço fica lá embaixo. Mas a qualidade do produto, é pra deteriorar mesmo”.

A tendência de trabalhar muito, mesmo contando com a possibilidade de descansar mais, é explicada pela necessidade de se garantir o padrão de consumo adquirido. “Quando você vai subindo, seu custo vai subindo. Antes você não tinha uma TV a cabo, uma internet de R\$100. Você quer um carro mais bonitinho”. Apesar das dificuldades, Paulo considera seu trabalho gratificante. Percebe como principais vantagens a possibilidade de dispor do seu próprio tempo e a condição de patrão de si mesmo.

Se você quiser tirar férias de um mês, você tira [apesar de nunca ter tirado férias com essa extensão]. [...]. Trabalhar pra você mesmo é ser responsável pelo que você ganha. Se você trabalhar mais, você vai ganhar mais. No dia que está vendendo bem, você não quer ir embora. Você faz seu horário e, entre aspas, faz seu salário.

No momento, Paulo pretende conseguir de volta o box que perdeu. Está recorrendo na justiça, alegando que pagou pelo box retirado pela prefeitura.

Minha expectativa é ter meu box de volta. E quero arrumar mais box aqui dentro. No dia que acabar aqui eu procuro outra coisa pra fazer, mas enriquecer os outros, não. Acho uma injustiça trabalhar pra sustentar dono de imóveis.

Ele lança mão de um discurso bastante empreendedor, deseja permanecer no comércio popular e crescer no ramo, mas garante que se não conseguir prosperar, não vê problemas em mudar de ocupação. Tem a percepção de que é muito capaz de lidar com a instabilidade, transitando entre ocupações. Para ele, o importante é “saber trabalhar”.

A trajetória de Paulo foi escolhida para compor esse tópico do texto porque nos parece particularmente interessante para a reflexão sobre os sentidos atribuídos ao trabalho por muitos dos que estão engajados no comércio popular. Logicamente, não pretendemos derivar dessa experiência privada um encadeamento que culmine em uma generalização abstrata a partir de um caso particular do possível. Em vez disso, entendemos que essa trajetória possui um valor heurístico na medida em que nos permite pensar a respeito das novas configurações do trabalho, a partir de elementos que são relativamente ordinários no campo de pesquisa em questão.

De fato, muitos estudos vêm sendo realizados buscando compreender os valores que orientam a sociedade capitalista contemporânea e repercutem na formação do trabalhador flexível, característico do contexto que ora se apresenta. Sennett (2009) defende que as mudanças na esfera do trabalho contribuíram para a construção de um ambiente de instabilidade, no qual a ideia de “longo prazo” não faz mais sentido, visto que os indivíduos não podem contar com a estabilidade na ocupação que exercem e são obrigados a transitar entre diferentes projetos ao longo da vida.

A instabilidade do presente e a conseqüente incerteza com o futuro, refletem substantivamente nos sentidos atribuídos ao trabalho. A dificuldade de se construir um

quadro de segurança ontológica relacionada à esfera do trabalho é expressa da seguinte forma por Bauman (1998):

Quanto menor é a firmeza no presente, tanto menos o “futuro” pode ser integrado no projeto. Lapsos de tempo rotulados de “futuro” encurtam, e a duração da vida como um todo é fatiada em episódios considerados “um de cada vez” A continuidade não é mais marca de aperfeiçoamento. A natureza outrora cumulativa e de longo prazo do progresso está cedendo lugar a demandas dirigidas a cada episódio em separado: o mérito de cada episódio deve ser revelado e consumido inteiramente antes mesmo que ele termine e que o próximo comece. Numa vida guiada pelo preceito da flexibilidade, as estratégias e planos de vida só podem ser de curto prazo (BAUMAN, 1998, p. 158).

Incerteza, insegurança, instabilidade, são termos que geralmente vêm associados às análises das condições de vida no capitalismo flexível. A ideia de flexibilidade verificada nos novos modelos produtivos e organizacionais pode se manifestar em variadas formas, desde a flexibilidade salarial e dos contratos de trabalho (temporário, por projetos, por período) até a flexibilidade funcional (exigência de que os trabalhadores sejam polivalentes) e espacial (a mobilidade passa a ser uma condição de empregabilidade). Sennett (2004) destaca que o processo de flexibilização impacta sobre os trabalhadores na medida em que é exigido que estes se adaptem ao dinamismo das mudanças nos processos produtivos, e essa adaptação deve se realizar, inclusive, no nível subjetivo, no sentido de naturalização e posituação da flexibilidade e da instabilidade. Pode-se observar, então, que o sistema flexível de produção e organização do trabalho necessita também que a flexibilidade seja uma característica do trabalhador, disso deriva o ideal do trabalhador flexível.

Essa nova imagem do trabalhador se diferencia quase completamente daquela construída sob a égide do “capitalismo sólido” (BAUMAN, 1998), cuja versão mais completa foi representada pela constituição da chamada sociedade salarial, que, como já dito, só existiu no Brasil enquanto objeto de desejo. O fato é que a ideia de um futuro garantido atrelado à permanência em um emprego estável, ou mesmo em uma mesma

profissão, está cada vez mais distante do horizonte de expectativas objetivas, pelo menos para a maioria da população.

Diante desse cenário, os indivíduos são convocados a se responsabilizarem pelo rumo que suas vidas irão tomar, longe da “tutela” do Estado ou da empresa. Tanto o sucesso quanto à derrota seriam consequências da intensidade de investimento e capacidade dos agentes. Frente a isso, Bauman percebe que o trabalho muda de caráter, tornando-se “mais o resultado de agarrar a oportunidade que o produto de planejamento e projeto” (Idem, p. 160). Perante esse quadro de incertezas, aproveitar as oportunidades no momento em que elas aparecem se assemelha à atitude de abandonar um barco que provavelmente afundará caso se permaneça nele por tempo demasiado.

Para Bauman, isso se manifesta na mudança da relação que as pessoas estabelecem com a ideia de procrastinação, que, em tempos menos instáveis, não representava uma postura de indolência ou displicência, mas sim uma posição ativa visando assumir o controle da sequência de eventos futuros. Procrastinar significava “manipular as possibilidades da presença de alguma coisa, deixando, atrasando e adiando seu estar presente, mantendo-a à distância e transferindo sua imediatez” (BAUMAN, 1998, p. 179). Porém, no mundo do trabalho reconfigurado, o adiamento da satisfação visando maior gozo em um momento futuro deixa de ser um sinal de virtude moral, sendo reinterpretada como a admissão resignada de uma situação desagradável, uma acomodação perante as adversidades. Comportamento este que é recriminado e desqualificado pelo, cada vez mais hegemônico, discurso empreendedor.

Como consequência dessa sociedade de incertezas, estaria sendo fundado um código moral que prega a noção de presente permanente, ligada a ânsia pelo consumo imediato e a uma cultura do individualismo (NARDI, 2003). Bauman vê, então, na recusa à procrastinação, uma subjugação da *ética do trabalho*, e dos valores a ela associados, perante o que ele chama de *estética do consumo*. Nessa nova orientação, o trabalho é rebaixado a um papel subordinado e instrumental, um meio para a satisfação de desejos nunca plenamente saciados e sempre reinventados. Na visão do autor:

Raramente se espera que o trabalho “enobreça” os que o fazem, fazendo deles “seres humanos melhores”, e raramente alguém é admirado e elogiado por isso. A pessoa é medida e avaliada por sua capacidade de entreter e alegrar, satisfazendo não tanto a vocação ética do produtor e criador quanto às necessidades e desejos estéticos do consumidor [...] (BAUMAN, 1998, p. 161).

No entanto, refletindo acerca das trajetórias apresentadas neste texto, podemos ponderar que, no universo empírico estudado, o trabalho não deixou de ocupar um lugar central na vida das pessoas, constituindo-se tanto numa preocupação material quanto produzindo efeitos na constituição dos sujeitos, uma vez que se mostra uma dimensão da qual elas retiram grande parte de sua autoestima.

Por outro lado, é evidente que a “ética do trabalho”, da qual fala Bauman, não se apresenta mais nos termos formulados pelo autor, em que, para os trabalhadores, “os horizontes eram desenhados pela perspectiva de emprego por toda a vida dentro de uma empresa que poderia ou não ser imortal, mas cuja vida seria, de qualquer maneira, muito mais longa que a deles mesmos” (BAUMAN, 1998, p. 168).

É inegável que transformações ocorreram e que a dinâmica do mundo do trabalho contemporâneo prevê muito mais mobilidade que antes. Mobilidade que pode se manifestar em insegurança, instabilidade e precariedade, sem dúvida. A própria relação capital-trabalho mudou, no sentido de que os vínculos dos trabalhadores com as empresas tem se convertido em relações entre empresas – o que pode ser verificado pelo número de trabalhadores que prestam serviço como Pessoa Jurídica (PJ). Mesmo fora das relações formais de trabalho e serviços, são inúmeras as pessoas que se aventuram através do autoempreendimento sem qualquer regulação, convertendo-se em suas próprias empresas informais. Talvez, “aventurar-se” não seja o melhor termo para se referir às iniciativas empreendedoras no contexto atual, tendo em vista que mesmo as relações de assalariamento exigem, cada vez mais, uma série de capacidades criativas e necessidade de atualização constante, como condição para a manutenção da

empregabilidade. Nesse sentido, entrar no mundo do trabalho, o que não é opcional para a maioria absoluta da população, já é se aventurar.

Com efeito, o que se quer argumentar aqui, é que, apesar das visíveis transformações nas formas de se experienciar o trabalho nas últimas décadas, este não deixou de ser valorizado para além de sua função instrumental, inclusive no que se refere ao seu componente ético. Quando Paulo valoriza sua capacidade de sobreviver nas adversidades do mercado dizendo que “o importante é saber trabalhar”; ou quando Joelma, viajando através de sua biografia, conclui: “Sempre trabalhei muito. Nunca gostei de ficar a toa”; eles estão lançando mão de uma série de pressupostos morais, como a recusa à acomodação, a força de vontade para seguir em frente e melhorar de vida e a disposição para fazer o necessário, dentro dos limites da legitimidade contextual da qual compartilham. E essa postura frente ao “trabalhar” nos pareceu ser generalizada entre os comerciantes entrevistados.

Desse modo, em vez da transição de uma “ética do trabalho” para uma “estética do consumo”, como sugere Bauman, talvez estejamos vivenciando a passagem de uma “ética do emprego” para uma “ética do trabalhar”. Entendemos que a ética do emprego é pautada pela lógica do assalariamento, a qual seria constituída pelo desejo de encontrar um emprego estável, cujo salário seja satisfatório e no qual se poderia passar longos anos da vida, com jornadas de trabalho delimitadas e folgas pré-estabelecidas. Nesse ideal está contida a possibilidade do planejamento de longo prazo com relativa segurança, o que favoreceria a postura de procrastinar o que se deseja realizar, podendo aumentar, inclusive, a satisfação de aproveitá-lo no futuro.

A ética do trabalhar, por sua vez, mais do que sobreviver na adversidade, aparece como a valorização da capacidade de obter relativo sucesso em um mundo que, como diz Sennett, deixa às pessoas à deriva. “Ter visão de oportunidade” (Cristina), “ser comunicativa e criativa” (Cláudia), “Conhecer gente, ser desenvolvido e articulado” (Jadson), assim como o componente de “determinação” destacado por todos eles, são

características e habilidades que se condensam na postura valorizada de “saber trabalhar”, destacada por Paulo.

Contudo, o aspecto do consumo não pode ser descartado nesse ambiente, o “saber trabalhar” geralmente é medido por meio de seus resultados econômicos. Muitos dos que disseram gostar de trabalhar ou saber trabalhar carregam consigo uma história de ascensão econômica, em cujo processo tiveram que superar uma miríade de situações adversas. Mas hoje, se encontram em condições de não se contentarem com “uma casa bem popular” e “um carro bem popular”, como disse Cristina, itens estes que já foram considerados objetos de desejo de muitas pessoas que compartilham da ética do emprego, e, de certa forma, continuam sendo para uma grande parte da população.

Por outro lado, essa “ética do trabalhar” da qual falamos, não se confunde com a “estética do consumo”, tal como representada por Bauman (1998), que valoriza o consumo imediato de todas as coisas, não só materiais, mas sociais também, como os relacionamentos nos quais nos envolvemos. Nem é promovida pelo “indivíduo conquistador”, do qual fala Ehrenberg (2010), que, a partir da metáfora do esporte, é desenhado como um competidor feroz que tem o sucesso e a vitória sobre outros indivíduos como sua principal motivação, figura esta que valoriza a liberdade proporcionada pela flexibilidade, e que, em alguma medida, celebra os aspectos positivos da instabilidade do mundo contemporâneo. Entendemos que os sujeitos das trajetórias apresentadas aqui, ao mesmo tempo em que narram com orgulho evidências do relativo sucesso que obtiveram em um ambiente adverso, não abrem mão de construir um “porto seguro” para suas vidas e de suas famílias por meio do trabalho.

A aquisição da casa própria parece representar essa busca por segurança. Quando possível, compram-se duas ou três casas, visando tanto um investimento seguro no setor imobiliário quanto uma renda estável, em contrapartida à variação dos rendimentos obtidos através dos empreendimentos no comércio popular. A partir da aquisição da casa própria, pode-se ter um solo mais ou menos firme, que pode favorecer a saltos de empreendedorismo mais ousados. Enquanto o objetivo da casa própria ainda

não foi atingido, pensa-se, como Cláudia, no que poderá ser feito após conquistar maior solidez em sua vida. É evidente que essa segurança, que fizemos referência aqui através da materialidade da casa própria, pode estar fundamentada em outros aspectos, como nos casos de Jadson e Renato, que poderiam contar com o suporte da família, caso suas estratégias de importação dessem errado; e essa possibilidade de suporte garantiu, até mesmo que eles se lançassem a atividades mais arriscadas e mais rentáveis, levando em conta a alternativa de trabalho mais seguro que poderiam acessar, caso desejassem. Outro elemento de segurança podemos identificar na trajetória de Joelma, que, no limite, pôde se fiar no emprego do marido funcionário público enquanto se dedicava ao autoempreendimento, ainda que pudesse se inserir facilmente num emprego formal, tendo em vista que era uma operária relativamente qualificada .

Pretende-se argumentar aqui que o “salto empreendedor” não é exatamente um mergulho no escuro. Em geral, é preciso alguma materialidade nas condições objetivas para que os indivíduos se lancem à “aventura empreendedora”, para usar os termos de Ehremberg (2010). O componente de segurança no qual os indivíduos podem se fiar faz do empreendedorismo, inclusive, menos aventura, e aumenta suas possibilidades de sucesso. Talvez esse aspecto, juntamente com o resultado econômico enquanto métrica de capacidade, seja o que diferencie a ética do trabalhar das atividades de “viração” mobilizadas por inúmeras pessoas cotidianamente.

De qualquer modo, vale reter daqui a impressão de que a valorização subjetiva do trabalho não se fia mais, sobretudo, na identificação com um ofício ou profissão, como se verificava na “ética do emprego”. Em vez disso, na “ética do trabalhar” é celebrada a capacidade de obter sucesso mesmo em um ambiente de insegurança e instabilidade. Valoriza-se a capacidade de encontrar um porto mesmo estando à deriva. De fato, o “eu sou trabalhador” ainda é uma afirmação poderosa, como em outros tempos, porém com diferentes conteúdos.

Considerações finais

Nas páginas que antecederam, refletimos acerca das transformações que têm sido observadas no mundo do trabalho colocando em evidência seus efeitos e percepções em um campo bastante tradicional, mas também em transformação, qual seja, o universo das práticas econômicas no comércio popular, ou, em outros termos, nas atividades da globalização por baixo.

Para fins analíticos, nos permitimos condensar sob o rótulo de comércio ou globalização popular práticas econômicas em alguma medida distintas e realizadas por pessoas pertencentes a grupos sociais diferentes, sendo os sentidos atribuídos a essas atividades diferenciados e, por vezes, contraditórios. É preciso esclarecer, porém, que não tencionamos apresentar um modelo geral das motivações e experiências daqueles envolvidos nas atividades de comércio popular, ao contrário, procuramos ressaltar a heterogeneidade nas formas de vivenciar atividades semelhantes, ao mesmo tempo em que foi possível observar certas regularidades nas percepções manifestas.

Apresentamos nossa perspectiva acerca da globalização por baixo, de maneira a demonstrar que não entendemos o comércio popular, e, conseqüentemente, as práticas informais ou ilegais não raro mobilizadas nessas atividades econômicas, como algo avesso e absolutamente oposto à chamada economia formal. Em vez disso, destacamos seu caráter complementar e indissociável em relação ao *establishment* econômico. Da mesma forma, buscamos nos posicionar de maneira a não tratar em termos moralizantes o engajamento dos agentes nas atividades informais da economia popular que envolvam práticas passíveis de serem criminalizadas, como atividades de contrabando e descaminho. Discutimos a transitoriedade das pessoas e mercadorias na globalização por baixo através de variados espaços de legitimidade e marcos legais, argumentando que uma prática pode ser considerada crime e ainda assim legitimada socialmente por aqueles que participam dela seja como operadores ou consumidores.

No contexto atual, o comércio popular tem se apresentado como um terreno em que pessoas com diferentes biografias podem ascender economicamente ou encontrar um trabalho autônomo no qual se sintam satisfeitas. Vale destacar, nesse ponto, que a dimensão popular dessa economia diz antes sobre a menor burocracia que envolve, à amplitude de suas formas de operação e à heterogeneidade dos que participam do que marca uma associação à imagem da pobreza e necessidade de sobrevivência, ainda que esses fatores possam estar envolvidos.

A inserção nas atividades da globalização por baixo foi pensada em articulação com as transformações objetivas e em termos de representações acerca do trabalho informal no contexto contemporâneo. Entendemos que olhar para as novas faces da informalidade significa reconhecer que a sua instabilidade e insegurança características estão presentes também no mercado de trabalho formal, o que pode colocar o engajamento nas ocupações informais como apenas mais uma forma de inserção ocupacional e fonte de renda. Assim, o conceito de nova informalidade acaba lançando luz sobre algo inegável na experiência contemporânea: o trabalho informal não se restringe a trabalhadores pobres, pouco escolarizados e desqualificados, mas se constitui em alternativa, com mais ou menos condições de escolha, para trabalhadores qualificados, jovens e idosos, fora do mercado formal seja por conta de processos de flexibilização e reestruturação produtiva ou pela pouca atração das condições atuais de emprego.

Quando reconhecemos que, na avaliação dos agentes envolvidos, trabalhar no comércio popular informal se constitui em uma alternativa para ganhar dinheiro (a despeito dos riscos e do seu caráter de ilegalidade), é preciso considerar o peso de aspectos culturais relacionados ao lugar do consumo e à própria ressignificação da informalidade na sociedade contemporânea. Muitos trabalhadores garantem preferir o trabalho informal no comércio popular em detrimento do emprego formal, porém menos rentável. Essa avaliação é representativa dos efeitos das transformações produtivas das últimas décadas, bem como da manifestação de uma nova cultura do trabalho, fundamentada no sujeito empreendedor.

Essas considerações nos levaram a refletir sobre as motivações que conduzem ao engajamento nas atividades da globalização por baixo no mundo do trabalho contemporâneo, uma vez que o perfil do trabalhador que se dispõem a correr os riscos da mobilização de práticas ilegais no comércio popular se complexificou, diferenciando-se, em alguma medida, da figura do “sobrevivente”, tal como eram vistos os camelôs há algumas décadas atrás. Acreditamos que a incorporação de um *ethos empreendedor* exerce um papel significativo para o engajamento dos trabalhadores nas atividades estudadas. Soma-se a isso a oportunidade de acionar recursos econômicos que favorecem a operacionalização do comércio transnacional e a possibilidade de ingresso e mobilização de redes sociais, condição de entrada e permanência nesse mercado, na medida em que permitem a circulação de informações fundamentais para o exercício da atividade.

A partir disso, estaríamos reproduzindo um discurso que positiva a flexibilidade? Consideramos que a lógica do empreendedorismo tem adquirido um sentido de “mecanismo de convencimento ideológico” (MACHADO, 2002), de modo que, ao lado dos constrangimentos estruturais, resultados das reconfigurações no mundo do trabalho, está presente uma certa disposição dos sujeitos em participar da ordem estabelecida. A menção aos “constrangimentos estruturais” não é desprezível, visto que não entendemos ideologia como a incapacidade de observar a realidade tal como ela é, mas como uma espécie de interpretação sobre a realidade.

Sendo assim, aceitar o discurso empreendedor – que tem sua circulação promovida tanto através de políticas governamentais, como aquelas voltadas para a educação ou geração de emprego, quanto por meio de instâncias mais difusas, como os telejornais, redes sociais ou anúncios publicitários –, não significa simples alienação em relação ao mundo. Ao contrário, as variadas manifestações do discurso da flexibilidade, do empreender, são formas de conferir inteligibilidade para a instabilidade na qual os agentes estão efetivamente inseridos no capitalismo contemporâneo, e sabem que estão. É a construção em ato de um referencial – o mundo precisa ser plausível.

Por outro lado, também é verdade que a disseminação do discurso empreendedor contribui, em alguma medida, para a naturalização da instabilidade, da insegurança e dos riscos aos quais os trabalhadores estão cada vez mais sujeitos. Obviamente, esses riscos não são experienciados da mesma forma por todos os indivíduos. Os impactos da instabilidade variam de acordo com os “suportes” com os quais os agentes podem contar, dependendo dos grupos sociais aos quais pertencem.

O discurso da flexibilidade como condição de empregabilidade traz consigo consequências negativas, justamente por subestimar o peso dessas diferenciações socioeconômicas e de possibilidades. Esse processo tende a desenhar uma outra concepção de “justiça social”, tributária da lógica neoliberal, em que justiça significa valorizar o sucesso daqueles que foram capazes de superar a si mesmos, a partir de investimento em capital humano e da mobilização de suas capacidades. No lugar das lutas pela construção de um solo coletivo de direitos no âmbito do trabalho, tal como promovidas ao longo da década de 80, observa-se no contexto atual a demanda pela igualdade de oportunidades no mercado, de modo que cada um possa ter chance de por à prova suas capacidades e se desenvolver economicamente a partir de seu esforço individual. Ou, pelo menos, é essa a imagem construída pela narrativa do empreendedorismo.

Em decorrência disso, observa-se a banalização da vulnerabilidade daqueles que dispõem de menores condições objetivas para se tornarem “vencedores” econômica e socialmente. Bendassoli (2000) observa que essa lógica opera uma contradição entre o ideal do “indivíduo conquistador”, o empreendedor de sucesso, e “a real situação de todos aqueles que, em nossa sociedade, não têm meios ou recursos para obter ‘êxito’ e ‘sucesso’ no empreendimento de si mesmos” (BENDASSOLI, 2000, p. 220).

Acreditamos que as contradições contidas na nossa reflexão acerca da conduta empreendedora, que ora representa possibilidade real de ascensão social para parte dos trabalhadores e ora significa uma lógica perversa de individualização e responsabilização individual, refletem as contradições nas percepções e discursos dos

agentes que, por sua vez, exprimem as próprias contradições e falta de inteligibilidade do capitalismo flexível.

Não se trata aqui da defesa de um retorno impossível ao paradigma da sociedade salarial, tal como ela existiu nos países centrais, tendo em vista que mesmo o processo de filiação à sociedade salarial exigia da classe trabalhadora uma adequação ao código moral restritivo da sociedade moderna, marcado pela dominação branca, heterossexual, masculina e centrada na família (NARDI, 2003). Em que pese o fato de que a relativa estabilidade proporcionada pelo ingresso na sociedade salarial, com a consequente superação do imperativo de garantir a sobrevivência, favorecia o próprio questionamento das formas de dominação existentes. Esse período foi marcado por grandes manifestações em prol de melhores condições de trabalho, maiores salários e redução da jornada, além da consolidação de movimentos que carregavam bandeiras políticas de transformação social.

Como demonstra Boltanski e Chiapello (2009), muitas das críticas à sociedade salarial que demandavam, por exemplo, mais autonomia e criatividade no trabalho, foram incorporadas pelo capitalismo flexível. Claro que instrumentalizando essas demandas a favor do capital. De qualquer forma, não se trata da nostalgia de algo que nunca foi efetivamente vivenciado por aqui, senão por um número muito pequeno de trabalhadores qualificados.

Todavia, não se trata também da celebração de um empreendedorismo acrítico. Se, por um lado, observamos e participamos de um contexto social que exalta, cada vez mais, o sucesso individual, por outro, essa mesma sociedade atribui o fracasso no empreendimento de si e a persistência das condições sociais precárias a incapacidades e falhas pessoais. Entendemos que uma espécie de “ética do trabalhar” – na qual o trabalho mantém seu valor substantivo, mas apenas na medida em que se traduz em resultados econômicos – tem se refletido numa conduta de “empreender a si mesmo”, no sentido de buscar constantemente as capacitações necessárias para transitar no mercado e estar disposto a correr riscos.

A melhoria das condições em que os agentes estão inseridos é entendida como um objetivo a ser alcançado a partir das disposições individuais, daí a valorização das práticas de autoempreendimento, seja em ocupações formais ou não. Tornar-se um empreendedor tem se convertido num imperativo, queiram os indivíduos ou não. É uma determinação do contexto atual. Empreender a si mesmo não é uma questão de escolha.

Bibliografia

- BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BECKER, Howard S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BENDASSOLI, Pedro. Público, privado e indivíduo no novo capitalismo. *Tempo Social; Rev. Sociologia USP*. São Paulo. nº12 (2): 203-236, novembro, 2000.
- BOLTANSKI, L. e CHIAPELLO, E. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas. Papyrus, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. O capital social – notas provisórias. In: NOGUEIRA, M. A. & CATANI, A. (ORG.). *Escritos de Educação*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
- BRITTO, Denise. *Trabalho e cultura organizacional no discurso da mídia: uma análise da revista Você S/A*. Tese (Doutorado em Sociologia), UFSCar, São Carlos, 2014.
- CARDIN, Eric. *Sacoleiros e “Laranjas” na Tríplice Fronteira: Uma Análise da Precarização do Trabalho no Capitalismo Contemporâneo*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Paulista – UNESP. 2006.
- CASTEL, Robert. *As Metamorfoses da Questão Social: Uma Crônica do Salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DE SOTO, Hernando. *Economia subterrânea: uma análise da economia peruana*. Rio de Janeiro: Globo, 1987.
- DEJOURS, Christophe. (1999). *A Banalização da Injustiça Social*. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas.
- DURÃES, B. *Camelôs globais ou de tecnologia: novos proletários da acumulação*.

Salvador. EDUFBA, 2013.

EHRENBERG, Alain. *O culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa*. Aparecida – SP, Ed. Ideias & Letras, 2010.

FOUCAULT, M. *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo. Martins Fontes. 2008.

FREIRE DA SILVA, Carlos. Viração: o comércio informal dos vendedores ambulantes. In: CABANES, R. [et al.] (Orgs) *Saídas de Emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*. São Paulo. Boitempo. 2011.

FREIRE DA SILVA, Carlos. Das calçadas às galerias: mercados populares do centro de São Paulo. Tese (Doutorado em Sociologia). FFLCH-USP, São Paulo, 2014.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

HIRATA, Daniel. *Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida*. Tese (Doutorado em Sociologia), FFLCH – USP, São Paulo, 2010.

HIRATA, Daniel. Street commerce as a problem. *Vibrant*, v.11, nº1, pp. 96-117, 2014.

KESSLER, Gabriel. Trabalho, privação, delito e experiência portenha. *Tempo Social*. V.22, N.2. pp. 79-99. Tradução de Renata Guedes Mourão Macedo. São Paulo: FFLCH-USP. 2010.

KESSLER, Gabriel e TELLES, Vera. Apresentação – *Dossiê: Ilegalismos na América Latina*. *Tempo Social*. Vol. 22, Nº2. São Paulo: FFLCH-USP, 2010.

LAUTIER, B. Informalidade das relações de trabalho e cidadania na América Latina. *Cad. CRH*, n.18, p.5-48. Salvador. 1993.

LIMA, Jacob, C *As Artimanhas da Flexibilização: O Trabalho Terceirizado em Cooperativas de Produção*. São Paulo: Terceira Margem. 2002.

LIMA, Jacob, C. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? *Sociologias* (UFRGS. Impresso), v. 12, p. 158-198, 2010.

LIMA, Jacob, C. Nova Informalidade. In: Anete Brito Leal Ivo. (Org.). *Dicionário temático desenvolvimento e questão social: 81 questões contemporâneas*. 1ed. São Paulo: Annablume, 2013, v. 1, p. 330-336.

MACHADO DA SILVA, L. A. Da informalidade à empregabilidade: reorganizando a denominação do mundo do trabalho. *Caderno CRH*, 37: 81-109. 2002

MENDES, L. e CAVEDON, N. R. A atividade de camelô como prática urbana no contexto das cidades. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*. Vol4, Nº1. Curitiba: PUCPR, 2012.

NARDI, H. C. A propriedade social como suporte da existência: a crise do individualismo moderno e os modos de subjetivação contemporâneos. *Psicologia & Sociedade*; 15 (1): 37-56; jan./jun.2003.

PAIS, José Machado. Jovens arrumadores de carros — a sobrevivência nas teias da toxicod dependência. *Análise Social*, vol. XXXVI(158-159), 373-398. 2001.

PERALDI, Michel. Economies criminelles et mondes d'affaire à Tanger. *Cultures & Conflits*, 68, 111-125. 2007.

PERALVA, Angelina. *Globalização, Migrações Internacionais e Identidades Nacionais*. São Paulo/Santiago, IFHC/CIEPLAN, 2007.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. “A garantia soy yo”: *etnografia das práticas comerciais entre camelôs e sacoleiros nas cidades de Porto Alegre (Brasil) e Ciudad del Este (Paraguai)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) UFRGS, Porto Alegre, 2004.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. China-Paraguai-Brasil: Uma Rota Para Pensar a Economia Informal. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.23,n.67: pp. 117-133, 2008.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *Made in China: (in)formalidade, pirataria e redes sociais na rota China-Paraguai-Brasil*. São Paulo. Hucitec: Anpocs, 2011.

PORTES, A. *Globalization from Below: The Rise of Transnational Communities*. Princeton University. September, 1997.

RABOSSI, Fernando. *Nas ruas de Ciudad del Este: Vidas e vendas num mercado de fronteira*. Tese de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

RABOSSI, Fernando. En la ruta de las confecciones. *Revista Crítica en Desarrollo*. nº2, Buenos Aires, pp. 151-171, 2008.

RANGEL, Felipe. O trabalho informal na indústria de calçados: experiências e percepções dos agentes. *Revista Primeiros Estudos*, nº4, p. 178-189. São Paulo, 2013

RIBEIRO, Gustavo Lins. A globalização popular e o sistema mundial não hegemônico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol.25, nº. 74, 2010.

RUGGIERO, Vincenzo. *Crimes e Mercados: Ensaio em Anticriminologia*. Ed. Lumen Juris. Rio de Janeiro, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Construção Multicultural da Igualdade e da Diferença*. Conferência proferida no VII Congresso Brasileiro de Sociologia, Rio de Janeiro, UFRJ, 1995.

SASSEN, Saskia. *Globalization and its discontents: Essays in the new mobility of people and money*. New York, New Press, 1999.

SCHUMPETER, Joseph. *Teoria do Desenvolvimento Econômico: Uma Investigação sobre Lucros, Capital, Crédito, Juro e o Ciclo Econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SENNETT, Richard. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

TARRIUS, Alain. *La mondialisation par le bas: les nouveaux nomades de l'économie souterraine*. Paris: Balland, 2002.

TELLES, Vera. Mutações no Trabalho e Experiência Urbana. *Tempo Social*. Vol. 18. Nº1. São Paulo: FFLCH-USP. 1989.

TELLES, Vera. Ilegalismos urbanos e a cidade. *Novos estud. - CEBRAP*. Nº84, pp. 153-173, 2009.

ZARIFIAN, Philippe. Engajamento subjetivo, disciplina e controle. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 64, p. 23-31, novembro 2002.